

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

ANA CAROLINA RODRIGUES DE JESUS

ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS PELO SJMR:

a moralidade da inserção laboral

Porto Alegre

2023

ANA CAROLINA RODRIGUES DE JESUS

ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS PELO SJMR:
a moralidade da inserção laboral

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente Dullo

Porto Alegre
2023

ANA CAROLINA RODRIGUES DE JESUS

ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS PELO SJMR:

a moralidade da inserção laboral

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente Dullo

Data de apresentação: 19/04/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Valente Dullo - Orientador

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Prof. Dr. Pablo Tibor Quintero

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues de Jesus, Ana Carolina
Acolhimento de migrantes e refugiados pelo SJMR: a
moralidade da inserção labora / Ana Carolina Rodrigues
de Jesus. -- 2023.
60 f.
Orientador: Eduardo Dullo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Migração. 2. Trabalho. 3. Moralidade. 4. Futuro.
5. Catolicismo. I. Dullo, Eduardo, orient. II.
Titulo.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, àqueles que garantiram que morasse em mim a certeza de que neles haveria sempre um lar e um abraço para me acalantar: minha mãe, que acreditou em mim a cada passo dessa jornada que é a vida que ela me concedeu, mesmo quando (e especialmente) eu não conseguia mais ter fé; meu pai, que do seu jeito introspectivo nunca me deixou duvidar de que eu era amada, que sempre superou nossas diferenças para me ver feliz. Ao meu irmão, que foi desejado por mim naquele soprar de velinhas do meu aniversário de 10 anos e que ressignificou a definição de família.

Agradeço às minhas amigas, que de longe ou perto, novas ou antigas, garantiram com que eu não enlouquecesse no processo, me lembrando constantemente a importância dos sorrisos e dos momentos para fazer absolutamente nada juntos, porque no final tudo que importa é a certeza de que permaneceremos um na vida do outro.

Não posso deixar de agradecer aqueles que, mesmo sem palavras, tornam meus dias mais nublados no mais puro verão ensolarado, apenas por existirem e compartilharem seu amor inocente e incondicional: Tobi, Babaloo, Porcina, Carmela, Gordinho, Frida, Guria, Bob, Preta, Princesa, Mion, Milady e Nala. Se não fosse pelos meus amores de quatro patas com certeza a vida não teria nenhuma graça.

Agradeço à universidade pública, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e às políticas afirmativas para pessoas de baixa renda que me proporcionaram o suporte necessário para realizar um sonho que nunca foi só meu. Agradeço pelos encontros que estes espaços me proporcionaram e em especial àqueles que estiveram comigo na CEU, dividindo a vida e todas suas mazelas e alegrias em um quarto pequeno sem nunca perderem o entusiasmo. Para os dois amigos que moraram comigo nesta casa durante este tempo, Déli e Liti, vocês fizeram tudo parecer mais leve.

Agradeço aos colegas e amigos do LAPSO, do NER e do PPGAS, aos professores com quem tive a honra de aprender e compartilhar em toda a universidade, por ajudarem a construir um futuro de possibilidades que por muito tempo não acreditei ser possível. Agradeço à Bárbara, colega, amiga e conselheira que me acolheu e me orientou não apenas em questões acadêmicas, mas trouxe também a leveza e a cumplicidade para o dia a dia da pesquisa. Mas agradeço especialmente e com todo meu coração ao meu orientador Eduardo,

que com seus ensinamentos soube dar sentido a esta trajetória. Muito obrigada por ter tido tanta paciência, mais do que eu jamais teria, por ter sido sincero quando preciso e acolhedor sempre que necessário. Sem você eu não teria chegado aqui, obrigada por tudo e que venha muito mais pela frente.

Por fim, agradeço a todos que me ofereceram a honra de ouvir suas histórias, sonhos e anseios para a construção deste trabalho. Em meio a uma realidade dura, foi com vocês que reaprendi que sonhar é necessário.

“Os migrantes e os refugiados não chegam de mãos vazias: trazem uma bagagem feita de coragem, capacidades, energias e aspirações, para além dos tesouros das suas culturas nativas, e deste modo enriquecem a vida das nações que os acolhem.”

Papa Francisco, primeiro pontífice jesuíta da história da Igreja Católica

RESUMO

Este trabalho, realizado junto ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR - Porto Alegre), procura discorrer sobre como os objetivos, sonhos e ideias de futuro de migrantes e refugiados venezuelanos são construídos através da experiência pré e pós migração, considerando-se suas trajetórias individuais e coletivas e as ações de agentes como o SJMR, através do trabalho do eixo de Integração Comunitária e Socioeconômica do Serviço. As ações desenvolvidas por esta instituição de origem religiosa, católica e dotada de posições morais específicas, procura aproximar estes indivíduos do mercado de trabalho através da construção de uma rede de contatos com empresas parceiras e oferecimento de serviços de regularização documental, oficinas de empreendedorismo e negócios, apresentação pessoal, elaboração de currículos e assemelhados, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento pessoal desses sujeitos de modo que possam alcançar ideais de qualidade de vida, sucesso e prosperidade. Mas como são definidos estes ideais e em que são fundamentados? Para compreender estas definições, bem como as distinções morais desta dinâmica, analisamos a situação a partir do significado social do dinheiro e do trabalho para os atores envolvidos, bem como as perspectivas sobre a concepção de vida ideal, próspera e digna elaborada entre o contingente de migrantes e refugiados atendidos pela SJMR e seus parceiros, levando-se em conta a fundamentação religiosa da instituição. Por fim, tentaremos identificar como a construção desta nova vida pode ser analisada sob a ótica de uma antropologia que busca caminhos para além da narrativa do sujeito sofredor pela qual a experiência do migrante tende a ser vista e relatada.

Palavras-chave: Migração; Catolicismo; Trabalho; Moralidade; Futuro

RESUMEN

Este trabajo, realizado con el Servicio Jesuita a Migrantes y Refugiados (SJMR - Porto Alegre), busca discutir cómo las metas, sueños e ideas de futuro de los migrantes y refugiados venezolanos se construyen a través de la experiencia antes y después de la migración, considerando sus trayectorias individuales y colectivas y las acciones de agentes como el SJMR, a través del trabajo del eje de Integración Comunitaria y Socioeconómica del Servicio. Las acciones desarrolladas por esta institución, de origen religioso, católico y dotada de posiciones morales específicas, buscan aproximar a estos individuos al mercado de trabajo a través de la construcción de una red de contactos con empresas asociadas y de la oferta de servicios como regularización de documentos, talleres de emprendimiento y negocios, presentación personal, elaboración de currículos y similares, con el objetivo de proporcionar el desarrollo personal de estos individuos para que puedan alcanzar ideales de calidad de vida, éxito y prosperidad. Pero, ¿cómo se definen estos ideales y en qué se basan? Para entender estas definiciones, así como las distinciones morales de esta dinámica, analizamos la situación desde el significado social del dinero y del trabajo para los actores implicados, así como las perspectivas sobre la concepción de vida ideal, próspera y digna elaborada entre el contingente de migrantes y refugiados asistidos por el SJMR y sus socios, teniendo en cuenta el fundamento religioso de la institución. Finalmente, intentaremos identificar cómo la construcción de esa nueva vida puede ser analizada desde la perspectiva de una antropología que busca caminos más allá de la narrativa del sujeto sufriente a través de la cual la experiencia del migrante tiende a ser vista y relatada.

Palabras clave: Migración; Catolicismo; Trabajo; Moral; Futuro

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAD ÚNICO	Cadastro Único
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CIBAI	Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
MEI	Microempreendedor Individual
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PADF	Pan American Development Foundation
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO.....	19
2.1 BASES DE FUNDAÇÃO DO SERVIÇO.....	20
2.2 VENEZUELA: CAUSAS E CAMINHOS.....	24
2.3 AÇÕES DE MITIGAÇÃO DA CRISE EM SOLO BRASILEIRO.....	26
2.4 INTEGRAR.....	29
3. AÇÕES DO EIXO DE INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	32
3.1 ACOLHIDA E HOSPITALIDADE: BASES DAS AÇÕES.....	32
3.2 PORTAS ABERTAS.....	34
3.3 HISTÓRIAS E TESTEMUNHOS.....	38
3.4 CARMEN.....	39
3.5 RODRIGO.....	43
3.6 RITA E JOSUÉ.....	45
4. LAS IGLESIAS LE DAN CONTINENTE AL MIGRANTE.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Aspirações pessoais e coletivas são características essencialmente atreladas à racionalização humana, são formadas por nossas experiências prévias ou impulsionadas por aquelas que ainda são apenas imaginadas, desejadas. Sonhamos com nosso futuro conforme nossas possibilidades, mas, muitas vezes, ousamos romper a barreira do que está ao nosso alcance, estendendo nossos dedos o mais longe que pudermos, tendo como objetivo o ideal de vida que vislumbramos no horizonte. Mas como é possível que o ser humano mantenha sua capacidade de almejar aquilo que imagina como o melhor para si mesmo quando postos diante de situações extremas, onde o caminho idealizado por toda uma vida simplesmente deixa de existir? Como começa a ser construído um novo futuro longe de tudo que é familiar e conhecido? E quando ir embora é a única alternativa, o único futuro possível? Estes questionamentos, que encontrei em campo ao longo do desenvolvimento deste trabalho, acompanharam e acompanham milhões de pessoas em todo o planeta, que se veem obrigadas a migrar por razões políticas, econômicas, sociais, religiosas ou climáticas.

Os movimentos migratórios estão intrinsecamente ligados à condição humana e migrar está categorizado como direito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948). A migração é um conceito de sentido amplo e complexo, que envolve os mais diversos setores de organização da sociedade, englobando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, em interação constante entre estes. A Organização das Nações Unidas define a migração como o deslocamento voluntário de uma zona definidora da migração para outra, que se tem feito durante um intervalo determinado e que implicou a mudança de residência (ONU, 2017). Nesse contexto, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) a define como o processo de atravessamento de uma fronteira internacional. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, de pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e de migrantes econômicos (OIM, 2009).

É importante perceber que migrar, no mero significado da palavra, parece ser um ato incompleto, um deslocamento entre distintos espaços. No entanto, os motivos que levam à migração se mostram mais amplos. Para este estudo, segundo Lessa (2016) o termo migração

corresponde à mobilidade espacial, onde pessoas são “motivadas” a saírem de seu local de origem para buscar fixação em outras terras, seja ela, na troca de domicílio, região, estado ou até mesmo de país. Todo esse processo as torna imigrante (aquele que entra), emigrante (aquele que sai) ou simplesmente migrante, termo que mais frequentemente encontrei em campo. Neste caso, se emigrar ou externar representa a saída do migrante de um determinado espaço, então sua chegada representa a imigração; dados da OIM apontam cerca de 258 milhões de migrantes que se encontram fora de seu país de origem nos dias atuais, e cerca de 1,2 milhão destes residem legalmente em território brasileiro (OIM, 2019).

Embora as causas da migração sejam diversificadas, as principais causas que as levam ao ato de migrar são por fatores culturais, políticos e econômicos, e/ou a combinação deles. Para simplificar, as causas das migrações podem ser divididas em dois grupos: migrações voluntárias e migrações involuntárias. Para Santos (2015), a migração voluntária seria aquela em que acontece por escolha própria do indivíduo, motivado por questões pessoais, seja em busca de melhores condições materiais ou sociais. No entanto, a migração voluntária, reconhece que o indivíduo por vontade própria, decide se estabelecer em local distinto ao seu de origem; mas que suas escolhas não impedem seu retorno. Diferentemente deste conceito, está a migração involuntária que consiste no deslocamento contra a vontade própria, onde fatores externos forçam sua saída e impedem seu retorno ao local de origem.

A exemplo de migração involuntária pode-se citar o caso dos Refugiados, a quem segundo ACNUR (2018) faz referências às pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, necessitam de “proteção internacional”, pois o fato de retornar a seu país de origem se torna perigoso.

No geral, ambas causas podem ser influenciadas pelo contexto histórico, político e social, como por exemplo, a busca por emprego por melhores salários, por melhores condições de vida entre outros, mas em definição as duas formas estão relacionadas ao conceito de migrar.

A busca por uma vida digna também está atrelada à nossa noção básica de sobrevivência. No cenário da migração humana forçada, a procura por regularização documental adequada que possa propiciar meios de vida e sustentabilidade econômica são alguns dos obstáculos mais evidentes a serem enfrentados. O trabalho, em todas as suas formas, é um dos pontos centrais desta questão, é o elemento mediador deste contexto; é ele que viabiliza os horizontes idealizados na identidade do imigrante ou refugiado (SAYAD, 1998). A busca de trabalho e a garantia de sustentabilidade que marca este tipo de deslocamento impõe, em muitos casos,

uma aceitação do que lhe é oferecido, colocando o migrante em uma situação provisória e precária. Diante desta realidade, diversas organizações da sociedade civil viabilizam iniciativas voltadas para a garantia de direitos e empregabilidade desta população.

Presente em 56 países e especializado em migração, deslocamento forçado e refúgio, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)¹ é uma instituição internacional da Companhia de Jesus e realiza a prestação de serviços gratuitos de intervenção emergencial, regularização documental, proteção psicossocial, projetos de educação, assessoria jurídica e integração socioeconômica à pessoas em situação de migração e refúgio. Em Porto Alegre sua sede está localizada em local de fácil acesso, próximo à zona central da cidade e conta com equipe multidisciplinar² que atua para propagar, através de suas ações institucionais, os princípios da SJMR, que estão centrados na promoção da autonomia dos beneficiados, que são, atualmente, em grande maioria migrantes e refugiados venezuelanos, em acompanhamento direto ou impactados por ações esporádicas que formam o público alvo deste estudo e compõem o quadro de maior fluxo migratório do Brasil na atualidade.

A inserção laboral é necessária para os fluxos migratórios que têm, como característica destacada, a busca de formas de sustento de vida. Em uma sociedade pós-industrial ou em uma economia de serviços, grande parte da oferta de trabalho é formada por trabalhos manuais, precários, sazonais, pouco retribuídos e qualificados, com turnos extensos e jornadas exaustivas. Neste sentido, Carmen Lussi (2015, pg. 66) coloca que “o tema da inserção laboral do migrante no mercado de trabalho de forma digna deve ser o centro das preocupações de uma nova política migratória, pois o trabalho é uma das mediações na conquista e no exercício da cidadania”.

A incerteza na garantia de inserção dos imigrantes venezuelanos no mercado laboral e na sociedade brasileira é o centro das ações desenvolvidas pelo governo brasileiro entidades da sociedade civil, que desenvolvem políticas e programas voltados para um esforço de aceitação e valorização do imigrante e refugiado, não mais visto como força de trabalho temporária ou ameaça à sociedade receptora, mas reconhecido como um ser humano dotado de direitos e dignidade (BRASIL, 2017). Portanto, a fim de um melhor entendimento sobre as facilidades ou os entraves vividos pelos venezuelanos em território nacional, é importante elucidar de que forma o Estado concebe legalmente os direitos destes e, em cima disto,

¹ Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/>

² A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados, administradores, pedagogos, professores de línguas portuguesa e espanhola, profissionais de recursos humanos, professores de informática, jornalistas e estagiários de administração, direito, jornalismo e ciências sociais.

esclarecer a relação de leis e políticas públicas para emprego de migrantes com a possibilidade de inserção num país de base cultural tão distinta como o Brasil.

As ações de Integração Socioeconômica formam o eixo de trabalho voltado para a concretização destes objetivos, e procuram adaptar o perfil laboral do migrante ao novo país através da oferta de cursos de português para estrangeiros, capacitações para o mercado de trabalho e busca de emprego, oficinas de análise e desenvolvimento de perfil empreendedor, rodas de conversa para o compartilhamento de experiências de pessoas anteriormente beneficiadas entre outras, além de um trabalho de divulgação da oferta desta mão de obra por meio da sensibilização de empresas locais para promover o acesso de migrantes e refugiados ao mercado de trabalho.

Uma dimensão importante para a pesquisa é a definição antropológica do trabalho, como abordada por Dominique Méda (1999), que nos apresenta a noção cristã do trabalho como elemento formulador de valor, que proporciona a perspectiva de autorrealização do sujeito, desenhando a moralidade do trabalho, neste sentido, como aquilo que tem o potencial de ser algo, mas ainda não é (MÉDA, 1999), que serve como base para iniciarmos a argumentação a respeito dos ideais de vida boa e próspera para migrantes e refugiados, como veremos posteriormente.

Embora não esteja explícito em nenhum momento no discurso de representantes da SJMR, podemos identificar um teor moral religioso no que é propagado como valor de dignidade e prosperidade pela instituição que é, antes de mais nada, idealizada e mantida por uma ordem religiosa católica e centenária. O trabalho, dentro da doutrina católica, é propagado como a ferramenta divina confiada ao homem por Deus para o exercício de sua santificação, pois através do trabalho estamos exercendo o ato da criação - do material, do tangível e do imaginário-, nos aproximando de Deus, portanto, nos tornando dignos. Em outras palavras, o trabalho serve aqui, para migrantes e refugiados, como linha de diferenciação moral, dignificando sua existência e os tornando melhores, merecedores de uma ascensão aos seus objetivos idealizados por seu uso do trabalho para este fim (MAYBLIN, 2014; ROBBINS, 2011; LIMA, 2007).

A definição da moral abordada neste trabalho pode também ser compreendida através da concepção de Didier Fassin (2018), como a capacidade ou crença humana “de diferenciar certo de errado e a necessidade de agir em favor do bem e contra o mal.” (pg. 36), o mal neste caso sendo a não procura de melhores condições de maneira legalizada e formal, como objetivadas por instituições como o SJMR.

A reiteração dessa noção de merecimento de auxílios e alcance do “bem”, ganha muitas vezes a forma de performance e reafirmação do sofrimento vivido por estes indivíduos (FASSIN, 2005), que é compartilhada em espaços de integração comunitária, sucessivamente relatada através de testemunhos de suas trajetórias comuns e extraordinárias, que foram capazes de remodelar objetivos de vida no país receptor e inspirar outros a traçar metas semelhantes ou ajudar na concretização destes ideais (DULLO, 2016). Uma crítica a este pensamento pode ser feita a partir do trabalho de Seyla Benhabib (2012) que argumenta que o “merecimento” não é nada além de uma via antiética para justificar moralmente uma divisão entre sujeitos já marginalizados.

Outra concepção moral cristã percebida em campo é a ideia do planejamento, do uso consciente dos recursos obtidos por meio do trabalho, que possibilitam o traçado de uma perspectiva de um futuro economicamente sustentável e equilibrado, que pode ser encontrada em algumas passagens bíblicas³ e também encontra interpretação válida no histórico do fazer econômico jesuíta (ASSUNÇÃO, 2003). Esta ideia é levantada em rodas de conversa que pude acompanhar no Serviço e em falas como a do Coordenador Lucas, apresentado no próximo capítulo, que em uma destas ocasiões abordava diversos temas de educação financeira:

“Planejar é indispensável para ter uma vida equilibrada. Aprendam a planejar, busquem participar das nossas oficinas, aprendam a montar seu orçamento financeiro. Vai ser importante. Tendo um controle dos seus ganhos e gastos. Consumindo de forma consciente e poupando com disciplina.”

Ainda discutindo a moralidade do trabalho, podemos buscar a articulação entre os conceitos antropológico e sociológico do trabalho, que são mobilizados a partir da discussão proposta por Axel Honneth (2008) que sumariza a função moral do trabalho na sociedade como sendo a integração social. Sendo justamente as ações de Integração Socioeconômica da SJMR e seus efeitos sobre a construção de futuro (imediate e duradouro), vida digna e prosperidade de migrantes e refugiados em contraponto com as trajetórias de vida e passado dos interlocutores em campo o ponto chave da pesquisa proposta, outra abordagem essencial a

³ “Pois qual de vós, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com que a acabar? Para que não aconteça que, depois de haver posto os alicerces, e não a podendo acabar, todos os que a virem comecem a escarnecer dele, Dizendo: Este homem começou a edificar e não pôde acabar.” Lucas 14:28-30.

este estudo é articulação de bibliografias baseadas nas antropologias do bem, futuro, moralidade e sonhos (ROBBINS, 2013; APPADURAI, 2013; BRYANT, KNIGHT, 2019; FISCHER, 2014).

Migrantes e refugiados são vistos como uma força de trabalho “disposta a tudo”, justamente porque após a migração seus objetivos profissionais anteriores são, mesmo que temporariamente, refreados em prol da subsistência e adaptação no novo país. O grande trunfo dos imigrantes neste cenário limitador é a experiência adquirida pelo tempo de trabalho, pois domínios e saberes profissionais estão além da formação formal. É importante enfatizar, antes de mais nada, que imigrantes e refugiados não são só força de trabalho, são sujeitos culturais, históricos e territorializados, portadores de visões de mundo, crenças, saberes, intencionalidades e desejos.

Justamente a partir do reconhecimento da existência das dimensões de crenças, intenções e desejos entre os imigrantes é que podemos associar a busca por meios de vida e prosperidade através do trabalho à concepção de futuro idealizada por estes sujeitos. As ferramentas utilizadas para o alcance deste futuro podem ser discutidas a partir da abordagem de uma antropologia do bem (ROBBINS, 2013) e das possibilidades colocadas para que estes imigrantes sejam capazes de traçar seus sonhos e metas em um novo país, mesmo que a capacidade de aspiração deste futuro seja desigual no cenário posto (APPADURAI, 2013).

Compreender como o trabalho e o dinheiro ganham dimensões morais e valorosas a partir do que é compartilhado pelas ações e espaços da SJMR entre migrantes e refugiados e por suas histórias de vida e trajetórias nos ajuda a conjecturar cenários acerca da concepção de vida ideal e próspera em fabricação para estas pessoas. Podemos ainda traçar caminhos para interpretar como a lógica do trabalho neste contexto auxilia a identificar como estes valores servem também como ferramentas para a construção do bem, de uma vida digna e boa (*worth living*), mesmo sem focarmos nas adversidades de uma comunidade socialmente vulnerável como a atendida pela SJMR, desviando assim do discurso do “sujeito sofredor que superou os obstáculos” para direcionar nosso olhar em direção às formas de utilização destas ferramentas (primeiramente valores) na construção deste ideal no cotidiano.

Esta é uma pesquisa de caráter etnográfico, construída através da observação participante nos ambientes de acolhimento e troca de experiências da SJMR e nos eventos e ações voltadas para empresários e comunidade local. Foi também utilizada a aplicação de questionários breves e informais entre os migrantes e refugiados atendidos, para que se pudesse traçar, além dos indicadores de efetividade das ações do Serviço, os objetivos de

futuro deste grupo e do que estes dependem. Outro recurso utilizado é a consulta aos relatórios oficiais da SJMR Brasil e Porto Alegre e a transcrição de encontros e entrevistas, como também a pesquisa em bancos de dados governamentais de políticas públicas de migração e refúgio. Para assimilar os dados coletados em campo é preciso também mobilizar bibliografias que auxiliem na elaboração de um panorama histórico das origens da Companhia de Jesus e de sua relação com a economia, bem como referências que dêem conta dos significado social do dinheiro, do trabalho, das moralidades presentes nas ações da SJMR e nas práticas do cotidiano de migrantes e refugiados.

Este trabalho está dividido em 3 capítulos e uma conclusão. O capítulo 1 traz o contexto da pesquisa e a identificação com o campo, a partir de uma breve explanação da História da Companhia de Jesus: fundação, estabelecimento do pensamento econômico jesuíta, surgimento da SJMR, as bases e objetivos da instituição. Posteriormente, discorreremos brevemente sobre a crise política e econômica na Venezuela e a consequente atuação do governo brasileiro no acolhimento e interiorização dos migrantes e refugiados, bem como a presença do SJ no processo. Ao final do capítulo, introduzimos as ações de inclusão socioeconômica, com exemplos, relatos dos colaboradores e dados quantitativos, tomando como base o Relatório Anual da SJMR de 2021, que servirá de aporte para as discussões e relatos de campo apresentados no capítulo seguinte.

No capítulo 2 estão presentes os relatos etnográficos das ações desenvolvidas pelo eixo de Integração Socioeconômica, acompanhados por mim ao longo do ano de 2022, como as reuniões do Programa Portas Abertas, com empresários e membros da sociedade civil organizada, voltados para a divulgação da mão-de-obra de migrantes e refugiados atendidos pelo serviço e os caminhos legais para este processo, entre outros espaços de socialização desta população, intermediadores e interessados, como a Semana Estadual do Migrante e Refugiado, Conferência Estadual de Migração etc. A partir da observação participante nestes espaços, podemos debater acerca do conteúdo dos discursos e das práticas ali compartilhados, para que possamos compreender como estas dinâmicas influenciam o público alvo das ações na construção de seus objetivos e ideais de futuro no novo país, tomando como exemplo os depoimentos por estes compartilhados em momentos de socialização e integração e em especial de quatro interlocutores, com distintas características demográficas: uma mulher na faixa dos 30 anos, um homem na faixa dos 40 e dois jovens com idades entre 18 e 24 anos.

No terceiro e último capítulo focaremos nos significados presentes nas falas dos interlocutores venezuelanos, pontuando as influências dos discursos dos representantes da

SJMR na construção dos objetivos de vida relatados e de suas trajetórias pessoais, antes, durante e após a migração. Tentaremos identificar como a construção desta nova vida pode ser analisada sob a ótica de uma antropologia que busca caminhos para além da narrativa do sujeito sofredor pela qual a experiência do migrante tende a ser vista e relatada.

A conclusão, por fim, apresenta considerações relevantes desta pesquisa e prospecção de aspectos a serem explorados sobre o tema, bem como desdobramentos da própria configuração do campo em estudo sobre imprevistos ocorridos ao final do desenvolvimento deste trabalho

2. LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

Ao chegar em frente a sede do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) de Porto Alegre, nada além de seu nome e logo no letreiro me levaria a imaginar que ocupando este endereço, em uma movimentada avenida da cidade, está uma instituição pertencente a uma ordem religiosa centenária. Cercado por modernos portões de vidro, paisagismo minuciosamente planejado e iluminação discreta, o prédio de dois andares recém reformado exibe uma imagem de confiabilidade e segurança, algo essencial para compor os objetivos a qual se propõe o serviço, fundamentados no acolhimento de uma população extremamente vulnerável.

A estranheza inicial com a estética do espaço, associado por fruto de minhas primeiras impressões com a de uma empresa moderna e bem estruturada, deve-se talvez ao meu inicial desconhecimento das origens da instituição e da Ordem a qual esta pertence, que em muito diferem de minhas experiências pessoais e conhecimento prévio de assistencialismo de embasamento religioso adquiridas por meio de uma criação católica, em maior parte, não praticante.

Este capítulo abordará as origens da Companhia de Jesus, mantenedora do SJMR, os princípios organizacionais e dogmáticos presentes na base de sua formação e consolidação como uma ordem religiosa missionária que é, em sua essência, católica romana como tantas outras, mas que por meio da adoção de preceitos seculares desenvolveu características distintas, como um pensamento econômico e administrativo próprios, influenciados por uma moral religiosa e secular, que vieram a formar o campo estudado nesta pesquisa: as ações de integração socioeconômica desenvolvidos pelo SJMR de Porto Alegre, junto a população de

migrantes e refugiados venezuelanos da região, que formam atualmente grande parcela dos acolhidos pela instituição⁴. Tal análise nos ajudará a compreender como estas ações são planejadas, compartilhadas, recebidas e replicadas pelo público alvo na constituição de seus ideais de futuro no novo país .

Em seguida, irei discorrer brevemente sobre a crise política e econômica na Venezuela e a consequente atuação do governo brasileiro no acolhimento dos migrantes e refugiados, bem como a presença do SJ neste processo, para podermos, enfim, detalhar as ações acompanhadas em campo.

2.1 BASES DE FUNDAÇÃO DO SERVIÇO

Concebida como uma ordem essencialmente missionária, a Companhia de Jesus nascia oficialmente no dia 27 de setembro de 1540. Dezesesseis anos mais tarde, na ocasião da morte de seu fundador, Inácio de Loyola, contava com cerca de mil membros. Foi a formação, intelectual e religiosa, de Loyola, aliás, que conferiu à Ordem uma de suas características basilares que é a tangente influência da cultura secular na manutenção de suas obras, que foram uma das vias que possibilitaram esta rápida expansão, dentre muitos outros fatores.

John O'Malley, jesuíta norte-americano, fornece um bom panorama da fundação da Companhia e seus pilares no livro “Uma História dos Jesuítas: de Inácio de Loyola a nossos dias” (2014). Segundo O'Malley, durante o breve período em que viveu em Manresa, na Catalunha, Loyola desenvolveu, após provações psíquicas, físicas e religiosas, a ideia de que seu fortalecimento intelectual, através de seus estudos universitários, seria o caminho para “melhor ajudar as almas” (pg.16).

Foi a partir desta concepção que Inácio redigiu suas Constituições Jesuíticas, ponderando sobre as possibilidades e benefícios da Companhia em se adaptar às circunstâncias, incorporando às suas práticas aquilo que de melhor o mundo secular tem a oferecer. Foi para propagar essa visão doutrinária, no intento de formar homens dignos, onde houvesse almas necessitadas de salvação, devotos ao bem comum da igreja e da sociedade como um todo, que Inácio decidiu, logo na primeira década da Companhia, consagrá-la à educação escolar da juventude, algo até o momento inédito para uma ordem religiosa. (O'MALLEY, 2014)

⁴ Relatório de Serviços SJMR 2020: sjmrbrasil.org/relatorio2020/

Com a fundação dos colégios inacianos, além de não estarem mais fechados às disciplinas eclesíásticas, os jesuítas se viram obrigados a assumir o papel de proprietários de bens imóveis de destaque. O'Malley pontua:

“Na época, como ainda é hoje, essas instituições se tornaram sorvedouros financeiros. Estavam perpetuamente endividadas e forçavam os jesuítas a uma das ocupações mais ‘mundanas’: a coleta de fundos. A procura do dinheiro se tornou imperativa em razão [...] de os colégios se dirigirem a ‘todos, pobres e ricos’” (pág. 22)

A necessidade constante de captação de fundos para o gerenciamento dos bens assume, portanto, papel primordial do trabalho jesuítico. Boa parte do trabalho desenvolvido pelos ordenados e seus funcionários, leigos ou religiosos, estava voltada para o levantamento de recursos e a criação de uma rede de contatos entre as elites de diversos países. No Brasil, para a manutenção do trabalho missionário de catequização indígena, os inacianos recorreram a atividades econ micas comuns ao período, como a pecuária e a agricultura, em especial a administra o de engenhos. Tudo isso,   claro, com privilégios concedidos pela Coroa Portuguesa. Valendo-se de um modelo administrativo simplificado, a gestão jesuítica   marcada por uma mentalidade pecuniária, sendo que os religiosos optavam por não cobrar diretamente os rendimentos, preferindo os arrendamentos em um quadro onde “os fins justificavam os meios” (ASSUN O, 2003).

Esse mergulho na forma o do pensamento econômico jesuíta, bem como seus empreendimentos para o desenvolvimento pleno das almas,   essencial para nos ajudar a identificar o que diferencia a Ordem de outras, razão por tr s de meu estranhamento com a apresenta o do espaço físico do SJMR em meu primeiro contato como campo, e o que delimita as a oes desenvolvidas por esta institui o, em seu trabalho voltado para a inser o socioeconômica e laboral de imigrantes e refugiados, em especial quando analisamos a cria o do Serviço, no in cio da década de 1980.

Fundado oficialmente em 14 de novembro de 1980, após o envio da Carta⁵ do Pe. Pedro Arrupe aos clérigos e afiliados da Companhia de Jesus em todo mundo, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados surgiu com o objetivo de mobilizar a ajuda necessária para

⁵ “A Companhia de Jesus e o problema dos Refugiados” - Pe. Pedro Arrupe, 1980. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:3f87efd2-46fd-38b5-ad9d-51973987f1a9>

dar assistência e proteção aos milhares de refugiados que fugiam da guerra do Vietnã. Em seu texto, redigido em forma de apelo à comunidade internacional inaciana, Pe. Arrupe pontua os objetivos da nova instituição como sendo de ajuda ampla, não apenas material, mas também espiritual, honrando os postulados fundadores da Ordem de atuação em qualquer parte do mundo onde existam almas necessitadas:

“[...] Nas Constituições, Santo Inácio fala de um bem universal maior, de uma urgência crescente, da dificuldade e complexidade do problema humano envolvido, e da ausência de outras pessoas para atenderem a esta necessidade (cf Const VII, 2, n 623). Com o nosso ideal de disponibilidade e universalidade, o número de instituições aos nossos cuidados e a colaboração activa de muitos leigos que trabalham connosco, estamos particularmente bem preparados para ir ao encontro deste desafio e fornecer serviços que não estão a ser suficientemente desenvolvidos por outras organizações e grupos [...] Além disso, a ajuda necessária não é apenas material: de uma forma especial a Companhia está a ser chamada a prestar um serviço que é humano, pedagógico e espiritual. É um desafio complexo e difícil; as necessidades são dramaticamente urgentes. Não tenho nenhuma hesitação em repetir o que disse na nossa Consulta: “Considero isto como um novo apóstolado moderno para a Companhia como um todo, de grande importância para hoje e para o futuro, e de grande benefício espiritual também para a sociedade”. A Companhia de Jesus e o problema dos Refugiados - Pe. Pedro Arrupe (1980)

Presente atualmente em 56 países, o SJMR consolidou suas ações em torno de inúmeros fluxos migratórios nos últimos 42 anos, nas Américas, África, Europa e Ásia. No Brasil, o Serviço conta com 5 escritórios, todos em capitais: Brasília, Belo Horizonte, Boa Vista, Manaus e Porto Alegre. Em Porto Alegre sua sede está localizada em local de fácil acesso, próximo à zona central da cidade e conta com equipe multidisciplinar⁶ que realiza a prestação de serviços gratuitos de intervenção emergencial, proteção psicossocial, projetos de educação, assessoria jurídica e integração socioeconômica à pessoas em situação de migração e refúgio e que atua para propagar, através de suas ações institucionais, os princípios da SJMR, que estão centrados na promoção da autonomia e evolução pessoal e comunitária dos

⁶ A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, advogados, administradores, pedagogos, professores de línguas portuguesa e espanhola, profissionais de recursos humanos, professores de informática, jornalistas e estagiários de administração, direito, jornalismo e ciências sociais.

beneficiados, que são, como citado anteriormente, no presente momento em grande maioria migrantes e refugiados venezuelanos⁷ em acompanhamento direto e impactados por ações pontuais.

Meu primeiro contato com um colaborador do Serviço se deu por meio do *WhatsApp*, com o então coordenador Lucas, responsável pelo gerenciamento da unidade e seus núcleos, que detalharei adiante. O início desta aproximação não foi fácil e, embora facilitado pelos meios eletrônicos, nosso contato se efetivou cerca de 4 semanas após minha primeira tentativa. Não por alguma forma de má-vontade por parte do coordenador, mas porque este era o primeiro indicativo de que Lucas, assim como os demais colaboradores que viriam a formar minha rede de contato na instituição, vivia uma rotina extremamente atribulada, com uma dedicação quase devocional ao serviço ali prestado. O que mais tarde pude constatar como sendo um reflexo dos preceitos compartilhados por estes funcionários para com os acolhidos acerca da valorização do trabalho e das oportunidades recebidas.

Superada a demora inicial, marcamos nosso primeiro encontro para meados de Abril de 2022, ocasião em que estive pela primeira vez na sede. Naquela época, ainda procurava conhecer as possibilidades de pesquisas do campo e, ao cruzar as portas de vidro da recepção, deparei-me com os primeiros sinais das características que estariam presentes neste estudo e dos personagens que o comporiam. Seguindo a linha arquitetônica da fachada, a recepção era composta por móveis confortáveis e modernos, os únicos sinais de que aquele local era mantido pela Companhia de Jesus eram uma discreta cruz de madeira acima da mesa da recepcionista e a bíblia diligentemente exposta sobre um pedestal de acrílico. Nas paredes estavam dispostos quadros informativos em três idiomas: português, francês e espanhol. O último, porém, recebia especial destaque e era replicado pelas cerca de 10 pessoas ali presentes, espalhadas pelas poltronas do local.

Esta não foi a primeira vez na qual tive contato com a população de migrantes e refugiados venezuelanos, devido ao período que atuei como estagiária da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de São Leopoldo, entre 2019 e 2021, onde realizava o cadastro de famílias em vulnerabilidade econômica e social no Cadastro Único do Governo Federal (CAD Único). Mas certamente foi o início da minha identificação com a realidade destas pessoas, para além da superficialidade do noticiário local e internacional.

A seguir, abordarei alguns pontos levantados por mim neste período inicial do trabalho acerca das causas da crise econômica e política da Venezuela, que têm como uma de suas

⁷ Relatório de Serviços SJMR 2020: sjmrbrasil.org/relatorio2020/

principais consequências o maior fluxo migratório da contemporaneidade no continente americano (JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2021). O conhecimento deste quadro social foi parte essencial do desenvolvimento desta pesquisa em campo, pois foi a partir dele que pude compreender o real impacto do trabalho desenvolvido pelo SJMR no acolhimento desta população e como o passado de meus interlocutores afeta diretamente seus objetivos e sonhos para o futuro no pós-migração.

2.2 VENEZUELA: CAUSAS E CAMINHOS

A República Bolivariana da Venezuela surgiu com o colapso da Gran Colômbia, um extinto país que abrangia grande parte do norte da América do Sul e parte do sul da América Central e idealizado por Simon Bolívar, que imaginava uma América Latina unificada, em 1830. O país se situa em um território conhecido por ter uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo, o que representa cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) e mais da metade do orçamento governamental o que o deixa refém do setor petrolífero. Apesar de o petróleo ter sido um acelerador do desenvolvimento econômico venezuelano, também serviu para moldar a política do país.

A descoberta do petróleo e a exploração comercial desse recurso foram fatores extremamente importantes para a economia venezuelana, pois de um exportador subdesenvolvido de commodities agrícolas, passou a exportador de um produto de suma importância para a atualidade, por se tratar de uma fonte de energia e possibilitar inúmeros subprodutos para o mercado. (FERNÁNDEZ, et al, 2018)

Em relação à política, um dos principais motivos para a atual crise venezuelana inicia-se com o governo de Hugo Chávez, que esteve no poder por um período de quase 14 anos. Chávez baseou seu governo em ideais diferentes dos governos anteriores, promovendo inúmeras transformações sociais, mas ainda assim o petróleo era o principal produto de exportação (RALLO, 2016). Durante os anos em que esteve no poder, Hugo Chávez teve suas decisões políticas consideradas autoritárias, extremistas, nacionalistas e populistas, o que dividia a opinião do povo venezuelano, duramente criticadas pelos opositores e apaixonadamente defendidas por seus simpatizantes. O governo Chávez manteve a economia e as exportações do país com base no petróleo, não diversificando os setores significativos de exportação de produtos e nacionalizou setores estratégicos, o que fez afastar investimentos internacionais para o país. Também teve parte do apoio popular, pelos projetos desenvolvidos

nas áreas da saúde e educação, como o combate à desigualdade e atenção aos pobres. Além de um presidente, seus defensores o viam como um familiar, o pai de uma nação. (SILVA; SAMPAIO, 2018)

Seu governo foi marcado por inúmeros aspectos negativos, como a corrupção, o que contradizia seu discurso combativo de ilegalidades com a máquina pública, considerada alta para os padrões mundiais; o estilo autoritário e personalista de Chávez, que acabava por controlar alguns poderes independentes; problemas econômicos e hiperinflação, afetando principalmente a população de renda mais baixa, tomando como base a dependência dos produtos importados, somado ao decréscimo das exportações, que culminou no desabastecimento de produtos essenciais nos supermercados; o cerceamento da liberdade de imprensa, através do silenciamento de órgãos midiáticos; e a violência. Além de tudo isso, ainda podemos citar as sanções impostas pelos Estados Unidos, que agravaram ainda mais a situação interna, agindo como combustível para um estado de tensão já latente. (CORDERO, 2016)

Com a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro tomou posse, herdando o legado chavista à frente da República Bolivariana da Venezuela. O país passou a enfrentar uma crise política e um aumento da oposição internacional. A rivalidade com os Estados Unidos se intensificou, e o país fortificou as sanções econômicas à Venezuela, sendo um fator fundamental na crise humanitária que atinge o país. (RALLO, 2018)

Através da crise instalada na Venezuela e da continuação do legado chavista por Maduro, a oposição pediu a anulação das eleições junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), gerando reações do governo venezuelano, como o anúncio de seu desligamento da CIDH, acusada de ser um instrumento do imperialismo estadunidense, massificando a instabilidade política.

Assim, o agravamento dos conflitos políticos e sociais ocorre, portanto, em um ambiente carregado pelas oscilantes possibilidades de uma intervenção estrangeira, tendo em vista os interesses geopolíticos de grandes potências envolvidas (JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2021). Em uma tentativa de fugir da situação de miséria e precariedade instaurada na Venezuela, sobretudo quando a crise atingiu índices de violência alarmantes e a precariedade nos sistemas públicos essenciais acentuaram-se, o fluxo migratório aumentou consideravelmente, com a saída em massa do país, em busca de melhores condições.

Segundo Koechlin (et al 2018) na primeira e segunda corrente, iniciada já no início dos anos 2000, percebia-se um perfil de classe alta e média entre os migrantes, com funcionários de carreira que até então tinham uma certa estabilidade econômico financeira.

Na terceira corrente, que começou com o falecimento de Hugo Chávez, o agravamento da situação econômica do país levou à emigração da classe média profissional técnica e/ou universitária etc.

Para García (2019) o aumento da violação de direitos humanos, políticos e sociais na Venezuela, por volta do ano 2015, provocou a saída em massa de refugiados e migrantes para outros países vizinhos, considerando o maior fluxo migratório de América Latina e Caribe. Segundo a ACNUR (2020) foram mais de 5 milhões de pessoas em busca de acolhimento, em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru, dentre outros.

O Brasil até então, não era o principal país de destino, o que se torna visível a crescente quantidade de venezuelanos adentrando em território brasileiro principalmente por via terrestre em situação de maior vulnerabilidade no primeiro semestre de 2019. Segundo os dados da Polícia Federal, em 2003, o Brasil recebeu apenas 190 imigrantes da Venezuela, em 2015 foram 28.670, um crescimento de 14.989%, gerando um estoque migratório de 102 mil imigrantes em catorze anos, dos quais 92 mil chegaram apenas durante o governo Rousseff. Para o primeiro semestre de 2019, o Brasil recebeu 168.357 venezuelanos.

2.3 AÇÕES DE MITIGAÇÃO DA CRISE EM SOLO BRASILEIRO

O Brasil é o quinto país que mais recebeu migrantes venezuelanos, segundo a ONU, alcançando, em junho de 2019, o marco de 168 mil chegadas⁸. Silva (2018) afirma que não é comparável a migração venezuelana com outros movimentos migratórios contemporâneos no Brasil. O autor explora que este fluxo é distinto de outros recentes, se comparado ao de chegada dos migrantes haitianos e colombianos.

Baeninger *et al.* (2016) também trata que essas populações seguiram para outras regiões do Brasil, não mais permanecendo nas fronteiras de chegada, já grande parte dos venezuelanos continuam próximos da região fronteira próxima ao seu país. No estado de Roraima fica a fronteira terrestre entre Brasil e Venezuela, tornando-se o principal ponto de chegada no país. No Plano Regional de Resposta do ACNUR (Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e da OIM (Organização Internacional para as Migrações) de 2019, aponta-se as necessidades básicas dos migrantes recém chegados: regularização migratória, moradia, trabalho formal e segurança. No entanto, em Roraima, "a situação social

⁸ Disponível em: brazil.iom.int/pt-br/news/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela945

e a falta de recursos nas cidades influenciaram para as condições de violência e descontentamento do estado e nas tensões sociais entre a comunidade de acolhida e as pessoas recém chegadas” (ACNUR; OIM, 2019, pg. 26,).

Conforme o primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018), o estado de Roraima recebe o aumento do fluxo migratório venezuelano a partir de 2016, registrando aumento também na demanda por serviços locais em Pacaraima, cidade fronteira, e na capital Boa Vista. No relatório (BRASIL, 2018), apresenta-se que, até 2017, o estado e as próprias cidades estavam à frente do gerenciamento da demanda nas áreas de assistência social, saúde e segurança. Foi reportado ainda que, durante esses anos, o Governo Federal atuou apenas com apoio técnico e financeiro, destinando recursos para atendimentos e aparelhamento de saúde, e com a doação de alimentos para a assistência emergencial.

No primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018), foi apresentado que, no momento em que ficou constatado que as ações foram insuficientes para lidar com as demandas no local, a Presidência da República decidiu federalizar o acolhimento aos venezuelanos. Em fevereiro de 2018, foram publicados a Medida Provisória nº 8205 , o Decreto nº 92856 e o Decreto nº 92867 . Esses decretos dispõem sobre medidas emergenciais de acolhimento, reconhecem a crise humanitária decorrente do fluxo migratório venezuelano e criam o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Em 12 de março de 2018, através da Medida Provisória nº 8238 , o Governo Federal abre crédito extraordinário de 190 milhões de reais para o Ministério da Defesa para fins de assistência emergencial e de acolhimento humanitário aos migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade em Roraima.

Outra medida do Governo Federal quanto ao gerenciamento do crescente fluxo migratório venezuelano foi em relação à ampliação de oportunidades de regularização migratória para os venezuelanos. A partir de março de 2018, ao chegar no Brasil, os migrantes podem procurar a Polícia Federal e optar entre dois procedimentos: 1) a solicitação de refúgio; 2) pedido de autorização de residência. Essa possibilidade passou a existir a partir da publicação da Portaria Interministerial nº 99 , que prevê a autorização de residência temporária por dois anos, com possibilidade de renovação, criada nos moldes da residência para nacionais do Mercosul. Antes disso, os venezuelanos só poderiam pedir sua regularização migratória através da solicitação de refúgio.

Complementar à Portaria Interministerial nº 9, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1510, de 28 de agosto de 2018, que passa a dispensar a apresentação de documentação para

comprovar filiação e possibilita uma autodeclaração para migrantes em situação de vulnerabilidade. Esse conjunto de ações realizadas caracterizam a identificação do problema pelo Governo Federal, que assume e delega a seus agentes e órgãos específicos a responsabilidade de iniciar a formulação de um conjunto de ações governamentais necessárias para o gerenciamento da situação emergencial humanitária provocada pela crise migratória. Governantes locais enfrentaram diversos desafios para o acolhimento dos migrantes venezuelanos e também para gerenciar a situação local. O problema público não é o aumento de chegadas e o fluxo migratório em si, mas, sim, a situação de crise humanitária que acabou se desenvolvendo a partir da falta de gestão adequada do problema a longo prazo.

É na tentativa de preencher as lacunas e impossibilidades da assistência governamental que o SJMR atua no Brasil. Em Roraima, o Serviço desenvolve ações de acolhimento junto aos órgãos públicos, organizações da sociedade civil (OSCs) e entidades privadas que se articulam como braço de apoio para ações públicas como a Operação Acolhida (2018)⁹, força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio do ACNUR, de outras agências da ONU constituída por três pilares:

- 1) Ordenamento de fronteira e documentação: consiste em ações voltadas para a provisão de regularização no país, como acesso à documentação, vacinação e identificação de casos de vulnerabilidade para os devidos encaminhamentos específicos;
- 2) Acolhimento e assistência humanitária: refere-se ao amparo emergencial de abrigo, alimentação e atenção à saúde, dispondo respostas às necessidades mais imediatas e urgentes no atendimento da população venezuelana;
- 3) Interiorização: estratégia que facilita, de forma gratuita e ordenada, a realocação voluntária de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas para outros municípios, com objetivo de inclusão socioeconômica e integração local.

O ACNUR atua na identificação de pessoas interessadas e no acompanhamento e referenciamento de casos vulneráveis que requerem ações de proteção específicas. Para além do apoio nos processos de registro, gestão dos abrigos e apoio no pré-embarque, na cidade destino o ACNUR promove a articulação entre os diferentes setores para facilitar o processo

⁹ Disponível em: <https://www.eb.mil.br/operacao-acolhida>

de integração local das pessoas venezuelanas.

A interiorização está dividida em quatro modalidades, sendo elas (I) institucional; (II) reunificação familiar; (III) reunião social; e (IV) vaga de emprego sinalizada. O ACNUR apoia todas as modalidades e atua em todas as suas fases, seja antes da partida, durante a viagem e mesmo no destino final.

Especificamente na modalidade institucional, que contempla a saída de pessoas venezuelanas de abrigos em Roraima para centros de acolhida e integração em outras cidades de destino, o ACNUR trabalha com organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil para promover a efetiva acolhida e integração nos locais de recepção, promovendo a convivência pacífica delas com as comunidades de acolhida e o desenvolvimento local. É nesta esfera que o trabalho do SJMR Porto Alegre se desenvolve:

“As experiências de interiorização organizadas pelo SJMR trabalham com a articulação múltipla de redes, parceiros e grupos locais, reunindo diversos atores que dialogam entre si, com o propósito comum de acolher e integrar venezuelanos que se encontrem em processo migratório no Brasil. A proposta quer também sinalizar caminhos para o processo de integração e acolhimento dos migrantes, como nos pede o Papa Francisco: ‘acolher, proteger, promover e integrar os migrantes e os refugiados’.” - Relatório Anual SJMR, 2020.

A Interiorização trata sobre o processo de realocação voluntária de migrantes venezuelanos desde Roraima para outros estados e cidades brasileiras, conforme levantado na pesquisa documental nos documentos governamentais (BRASIL, 2018c; 2018d; 2018e). Conforme o primeiro relatório do Comitê Federal de Assistência Emergencial (BRASIL, 2018c), o objetivo principal da Interiorização é “oferecer mais oportunidades de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima” (BRASIL, 2018c).

2.4 INTEGRAR

Após alguns minutos aguardando o coordenador Lucas na recepção, enquanto observava e absorvia as singularidades do ambiente ao meu redor, ele surge com um ar despojado e mais uma vez sou surpreendida, ao encontrar um homem jovem, na faixa dos 30

anos, diferente da pessoa que havia imaginado como coordenador de uma instituição tão consolidada. Após sua breve apresentação, sou então levada pelas escadas de madeira polida e refinada para o segundo andar, onde me encontro em uma sala com paredes de vidro e pé direito alto, iluminada por uma grande janela, que reflete sua luz sobre uma mesa grande, claramente preparada para ser usada em reuniões institucionais e que se tornaria um espaço bastante frequentado por mim em outras ocasiões.

Após cordialidades habituais de um primeiro contato pessoal entre estranhos, Lucas me informa que não poderá participar deste primeiro encontro, pede muitas desculpas e justifica que está envolvido com o planejamento de um encontro com o CDL de Esteio (Câmara dos Dirigentes Lojistas) acerca da realização de eventos futuros, guiando-me ao interior da sala, onde me apresenta a uma mulher também muito jovem a assessora jurídica Laura Ruschel.

Ele mais uma vez lamenta não poder participar do encontro, pede licença e deixa a mim e Laura em uma nova situação de cordialidade entre estranhos. Sentamos uma de frente para a outra ao redor da mesa de reuniões e iniciamos nossa conversa com temas amenos, como áreas de estudo, interesses, de onde somos, o que fazemos etc. Explico brevemente quem sou, qual minha experiência prévia e expectativas e que estou ali para conhecer como funciona o Serviço, a fim de identificar quais os pontos possíveis de serem pesquisados naquele ambiente, com aquelas pessoas e quais as questões que poderiam surgir a partir de então.

Laura inicia sua fala com uma introdução mais aprofundada de si mesma. Fico sabendo então que além de advogada da instituição, ela era então mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, instituição mantida pela Companhia de Jesus, programa este que seria extinto no mesmo ano de 2022, em razão de corte de verbas no departamento de humanidades da universidade. Essa é, aliás, uma justificativa que voltaria a aparecer em campo mais de uma vez, como abordarei ao final deste trabalho.

Seu foco de pesquisa estava voltado para área das Ciências Políticas, políticas públicas e práticas sociais, em especial nas políticas de acolhimento de migrantes e refugiados e direito internacional, diretamente atrelado às suas funções como Assessora Jurídica do SJ. Grande parte do exposto até o momento nestas páginas partiu do desenho bastante concreto que Laura conseguiu apresentar nesta nossa primeira conversa. Seu entusiasmo com as ações ali desenvolvidas e seu interesse em representar a instituição da maneira mais clara e eficiente possível contribuíram enormemente para alimentar meu próprio entusiasmo e despertar a

faisca inicial dos questionamentos que viriam a formar este estudo.

Conforme eram expostos os eixos de atuação da SJMR Porto Alegre - Proteção Psicossocial, Assessoria Jurídica e Documental, Integração Comunitária e Integração Socioeconômica - certas questões começaram a tomar minha mente, principalmente com o uso da palavra integração. Seria possível realizar uma integração de fato com a comunidade receptora em espaços onde a afirmação da diferença, neste caso a caracterização como migrante ou refugiado, é requisito necessário para o acesso? A construção de sentidos sobre o outro, a alteridade, neste caso a pessoa migrante e refugiada, tem sido realizada predominantemente por meio de discursos estigmatizantes que favorecem a criação de inúmeros estereótipos. Esse dilema iria permear todos os momentos desta pesquisa e suscitou um questionamento meu para Laura durante nossa conversa.

“Como vocês veem ser possível uma integração? O que traz as pessoas para cá? E o que as mantém dentro do Serviço?” - pergunto.

Ela então responde pragmaticamente, longe das conjecturas teóricas que rondavam meus pensamentos sobre os sentidos mais amplos das terminologias ali adotadas. Segundo Laura, o principal atrativo dos serviços oferecidos ali no momento diziam respeito às oportunidades de trabalho que uma formalização documental poderia oferecer, além das capacitações e ambientação com o mercado laboral brasileiro, tarefas estas delegadas ao eixo de Integração Socioeconômica, que procura garantir oportunidades de trabalho digno e formal para os acolhidos.

Alguns pontos acerca da percepção da SJMR de trabalho digno foram explicitados de maneira bastante simples. Segundo Laura, as ações do Serviço estão direcionadas para a promoção da facilitação de acesso ao mercado laboral formal, tanto por meio da empregabilidade celetista, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943), quanto pelo trabalho empreendedor legalizado, com o objetivo de afastar o migrante e refugiado do trabalho informal e da ilegalidade, garantindo assim a possibilidade de conferir a estas pessoas meios de vislumbrar uma vida melhor e uma nova perspectiva, novas motivações e sonhos renovados.

Foi neste momento de nossa conversa que pude vislumbrar o primeiro contorno concreto de meu objeto de estudo. A partir de então, foi possível definir em qual eixo do SJMR desenvolveria esta pesquisa e iniciei meu trabalho de campo nos espaços e ações desenvolvidas pelo Eixo de Integração Socioeconômica, conforme mostrarei no seguinte capítulo.

3. AÇÕES DO EIXO DE INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Após as primeiras visitas à sede do SJ, fui aos poucos tomando conhecimento de eventos e ações que seriam desenvolvidas pelo eixo de Integração Socioeconômica nos próximos meses, como encontros com empresariado local, com equipes da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Alegre e com foco nos próprios atendidos, ocasiões em que pude conhecer melhor alguns dos imigrantes venezuelanos impactados pelo Serviço e os próprios colaboradores, do poder público e da sociedade civil organizada que contribuem para a realização e organização destes espaços.

3.1 ACOLHIDA E HOSPITALIDADE: BASES DAS AÇÕES

O termo acolhida/acolhimento é amplamente citado e abordado nas iniciativas de recepção de migrantes venezuelanos, assumindo distintas conotações. Para Lima e Fernandes (2019, p. 34) no âmbito das ações do SJMR “é um valor ético que envolve um conteúdo afetivo”. Ainda de acordo com os autores, entre organizações governamentais e não governamentais de defesa dos direitos dos migrantes, o termo é sinônimo de proteção e garantias de direitos, inserção laboral e combate à xenofobia.

Encontramos, no cristianismo, o significado mais antigo do termo acolher, ligado ao reconhecimento de uma humanidade comum. De acordo com Sidney Silva (2017), o termo se desenvolve na tradição religiosa judaico-cristã em contraponto à ideia de estrangeiro. Na lógica cristã, se todos são filhos de um mesmo Deus, logo, ninguém deveria ser tratado como um estranho em qualquer lugar. Entidades católicas, no século XIX, foram pioneiras nos serviços de acolhimento aos imigrantes e ainda hoje os grupos cristãos organizados são protagonistas nessa abertura para o outro.

Em 2018, por ocasião de sua mensagem pelo dia mundial do migrante e do refugiado, o Papa Francisco orientou aos/as cristãos e cristãs católicos/as, fundamentado pelo evangelho, a se identificarem com os/as migrantes como oportunidade de encontrar ao próprio Jesus Cristo. Para responder de forma concreta a este chamado, o pontífice propôs

fazê-lo de forma comum por meio de quatro eixos norteadores: Acolher, Proteger, Promover e Integrar.

Deixando a religiosidade de lado, na segunda metade do século XVIII, o filósofo Immanuel Kant refletiu sobre a história europeia desde um ponto de vista cosmopolita. Tendo em vista a unidade da espécie humana, ele vislumbrava o surgimento de uma unidade política mundial, pacífica, baseada em interesses para além da polis, para além dos interesses localizados. O homem cosmopolita imaginado por Kant seria habitante do planeta Terra e, enquanto ser social, deveria fazer parte de uma confederação de estados que abrigaria cidadãos mundiais, gozando de plenos direitos de ir e vir entre as diferentes partes do globo terrestre (KANT, 1784).

Desde o ponto de vista cristão e também do iluminismo, a proposta de uma sociedade pacífica passaria necessariamente pela abertura à presença do “outro” porque esse outro faz parte de uma unidade com o “ego”. Unidade com Deus, no caso cristão, ou Unidade como espécie biológica dotada de razão, no caso iluminista. Para ambos os casos, pode-se dizer que as concepções do que é “humano” e os limites de uma percepção de “humanidade” comum, seja ela divina ou laica, informam as possibilidades efetivas de acolhida e hospitalidade (SANTOS, 2017).

A acolhida, nesse sentido, cumpre um papel dicotômico: o de integrar o estrangeiro à comunidade e ao mesmo tempo manter alguma distância. Quanto de sua liberdade o anfitrião pretende oferecer ao hóspede? É uma pergunta importante. A integração do/a recém-chegado/a como parte de uma comunidade, seja no âmbito da casa, da vila ou da nação, é cercada de condicionantes e ritos (BINET-MONTANDON, 2011). O “estrangeiro”, para ser “desejável”, está sujeito a provas do tipo: apresentar disposição para trabalhar; ser obediente às regras; manter-se passivo diante dos insultos; demonstrar habilidades técnicas; realizar casamento com algum “nativo”; investir dinheiro; fazer filhos e educá-los conforme a lei local; demonstrar que domina os valores vigentes na sociedade anfitriã; entre outras tantas exigências possíveis e mesmo assim está sujeito a jamais ser reconhecido plenamente como alguém “de dentro” (SAYAD, 1998).

O antropólogo francês Didier Fassin (2014) chama atenção para o duplo comprometimento das políticas de acolhida aos migrantes. Por um lado, ele vê compaixão, por outro, ele vê repressão. A compaixão é acionada nos momentos de reconhecer alguns direitos tendo em vista a condição de vulnerabilidade. Por outro lado, a repressão é acionada sempre que este ser vulnerável se demonstre autônomo e potencialmente insubmisso, “perigoso” aos olhos do establishment local. É como se os direitos humanos somente

tivessem efetividade enquanto a pessoa está faminta ou doente. A partir do momento em que estiver forte e saudável, volta a ser alvo preferencial dos sistemas de controle e vigilância, com restrições de circulação e ação; e seu comportamento será julgado pelos olhares mais severos, sob pena de não aceitação.

No caso da migração venezuelana, veremos como diferentes posturas estão associadas a diferentes possibilidades de acolhimento. Ao estrangeiro, coloca-se uma condição de submissão às normas e costumes da sociedade hospedeira. Fazer-se “desejável” aos olhos da população local requer um certo comprometimento da autonomia individual e do orgulho próprio, sob o risco sempre iminente da transformação em “indesejável” por qualquer inadaptação ou resistência que ofereça.

3.2 PORTAS ABERTAS

Uma das ações acompanhadas por mim em campo que merece destaque foi a denominada “Café com Empresários”, que é parte integrante do programa “Portas Abertas”, que busca estreitar os laços entre empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre e o SJMR, com o objetivo de promover a integração local de pessoas em situação de refúgio ou migração, por meio da inserção laboral. Na ocasião observada, o evento foi realizado na cidade de Esteio, em junho de 2022, e contou com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas do município (CDL Esteio), mobilizando um grupo de cerca de 20 empresários e representantes comerciais que se reuniram na sede da CDL mesmo com o frio acentuado do dia, característico do inverno gaúcho.

Alguns dias antes do evento, houve a divulgação no programa “Fala Cidade”¹⁰, da Rádio Jornal Destaque, lotada no município. Na entrevista o coordenador da SJMR Porto Alegre, Lucas, pôde falar um pouco sobre os serviços oferecidos pela instituição, contextualizar os ouvintes sobre a situação de migração e refúgio no Brasil e no mundo, bem como divulgar a campanha “Portas Abertas” e explicar como os atendimentos são realizados e encaminhados para os usuários.

De acordo com Lucas, a intenção de participar do programa foi levar informação e conhecimento sobre a migração para mais pessoas. “Acreditamos que a entrevista pôde esclarecer dúvidas que muitas pessoas e empresários têm quando se fala em refúgio e migração. É muito importante abordar temáticas como xenofobia, violência de gênero, trabalho escravo, documentação, políticas públicas, entre outras, em uma linguagem de fácil

¹⁰ Entrevista completa disponível no link: <https://fb.watch/bEnn6V3Stx/>

entendimento. O que possibilita disseminar esse conhecimento tanto entre brasileiros quanto entre migrantes e refugiados que possam estar buscando ajuda”, relatou.

No dia do encontro, com o oferecimento de brindes como canecas, canetas e petiscos produzidos por uma padaria local, da qual o dono era um dos presentes, foi feita, inicialmente, por parte da equipe jurídica da SJMR, representada na ocasião por Laura, a apresentação da instituição, com a explanação de dados de atendimento, locais de atuação, descrição das atividades desenvolvidas pelo Serviço, história das políticas de migração no Brasil e no mundo, leis que regem os direitos e deveres da população migrante e documentos necessários para a contratação.

Em um segundo momento, houve uma exposição do perfil dos migrantes em idade laboral atendidos pelo SJMR Porto Alegre e a definição de um ponto central para o desenvolvimento deste trabalho e que está presentes nas questões aqui levantadas: a ideia de que o trabalho e o emprego são a principal via de proteção, integridade e inclusão oferecida ao migrante. Somente através do trabalho legal e formalizado o migrante ou refugiado poderá, nas palavras dos interlocutores da SJMR, retomar sua dignidade e garantir a possibilidade de uma vida economicamente próspera, capaz de garantir a realização dos objetivos possíveis por eles traçados. Podendo assim reverter sua posição de sujeito vulnerável, mesmo que essa condição seja essencial para o seu acesso a este apoio.

Neste momento também houve a explanação do depoimento de contratantes, como de uma empresária do ramo do comércio alimentício, acerca dos benefícios encontrados por ela na contratação de imigrantes:

“Hoje temos três migrantes trabalhando conosco, no início pensávamos que teríamos dificuldades com relação a comunicação, porém o dia a dia nos mostrou o quanto podemos aprender uns com os outros. Hoje eles estão integrados e falam nossa língua de forma fluente, nós também aprendemos muito com eles. Foi a melhor decisão que tivemos ao contratá-los.” - T.S, empresária.

Outro depoimento partiu da representante comercial de uma indústria têxtil:

“A nossa empresa tem como maior seguimento a moda íntima, atuando muito na América latina, sendo assim possuímos um setor de telemarketing para o atendimento a países como Chile,

Paraguai, Uruguai e Peru, sendo essencial o domínio do espanhol por parte dos colaboradores, que que em nossa região é escasso. Devido a isto, fomos em busca de migrantes hispanohablantes, para compor nossa equipe.”- B.T, representante comercial e gerente de recursos humanos.

Foi interessante observar nesta ocasião que a visão compartilhada por alguns empresários no encontro exibiu especial preocupação com as possibilidades de encaixe de imigrantes no processo produtivo. A visão do empresariado nem sempre é homogênea, tanto nesta quanto em outras situações, no sentido de que alguns identificam problemas no uso de força de trabalho imigrante, principalmente no que diz respeito à questão da rotatividade, do trabalho especializado, da necessidade de qualificação, e outros não possuem problemas com essa mão de obra.

Os pontos levantados por estes empresários, entretanto, são justamente o foco do trabalho da SJMR. As ações do Serviço estão majoritariamente voltadas para a alocação das qualificações profissionais de migrantes e refugiados atendidos em serviços especializados na região como forma de diminuir a rotatividade dos postos de trabalho que, aliás, não são um problema exclusivo da mão de obra de imigrantes.

Porém, ainda que empresários estejam constantemente em busca de trabalho especializado, grande parte dos imigrantes não atua em seu horizonte de qualificação, obtida antes da experiência da migração. Em conversa com um empresário do setor têxtil ouvi o seguinte relato:

“O operador de tecelaria que contratei há alguns meses é geólogo, fala três línguas, estudou fora. Ele é capaz, é uma pena que ele não possa estar na sua área de formação agora, mas ele vai um dia. Eu acredito que vai, sabe? É assim mesmo”

Este relato exemplifica com precisão esta realidade comum aos migrantes. A construção civil, os frigoríficos, as metalúrgicas, atividades do setor de atacados e serviços, dentre tantas outras, não eram o domínio de grande parte dos imigrantes. Em muitos casos, a busca de mão de obra é priorizada pela necessidade que o trabalhador tem de aceitar as condições postas de trabalho. Um exemplo é o do setor frigorífico que possui o abate e a certificação Halal, necessária para a venda dos produtos para países de religião muçulmana.

Esse tipo de ocupação é bastante valorizada em regiões de agroindústria, como Passo Fundo, no que se refere ao setor indicado, já que os empregadores preferem a contratação de trabalhadores imigrantes do Senegal, Bangladesh, Eritreia, Gana, dentre outras nações, por serem conhecedores dos devidos rituais. Essa realidade dimensiona um espaço deliberado de trabalho para imigrantes, de religião muçulmana, que são valorizados nesse processo de trabalho.

De acordo com o Relatório Refúgio em Números (2020), o perfil dos refugiados no Brasil é bastante diverso, apresentando variações de acordo aos fatores como idade, sexo, tipo de trabalho, dentre outros fatores envolvidos. Vale ressaltar que, para fins dessa discussão, serão levados em consideração os vínculos de trabalhos formais, exercícios laborais registrados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), tendo em vista a limitação de informações referentes a vínculos informais do trabalho de refugiados.

Uma das formas de mensurar a quantidade de vínculos empregatícios é observando os dados referentes a exercícios laborais registrados na CTPS, bem como dados relacionados à Previdência. De acordo com esses dados, é possível perceber algumas características do perfil profissional do migrante refugiado no Brasil. Segundo o Relatório do Refúgio em Números (2020), no ano de 2019, foram emitidas 38.541 carteiras de trabalho para solicitantes de refúgio e para refugiados já reconhecidos no Brasil. Esse número representa mais de 5 vezes o número de emissões de carteiras no ano de 2015, que teve apenas 7397 emissões. (OBMIGRA, 2020).

Esse aumento considerável na emissão de CTPS se deu por alguns fatores. Um deles está ligado à intensificação do fluxo migratório venezuelano refugiado desde 2015. O outro fator está ligado ao Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, que favoreceu a simplificação da emissão de carteiras de trabalho para solicitantes de refúgio. Quanto ao tipo de trabalho exercido, os refugiados no Brasil encontram-se distribuídos no exercício de atividades diversas, cabendo destaque a atividades relacionadas a produção de bens e serviços industriais, área que tem empregado mais refugiados no Brasil, contra profissionais que exercem atividades relacionadas à gerência ou atividades ligadas a órgãos e empresas públicas (OBMIGRA, 2020).

O discurso dos interlocutores do SJMR em espaços como o relatado com empresários, reflete a dinâmica e o conteúdo das bases que formaram a própria Ordem mantenedora da instituição. Embora em um primeiro momento enquanto em campo eu não tenha conseguido associar as falas a algum tipo de caráter religioso, foi ao me recordar dos princípios das Constituições Jesuíticas de Loyola, de adoção de valores seculares para a realização do

trabalho missionário de assistência, que o caráter do que é definido como ideal imaginado nas ações institucionais tornou-se mais evidente, principalmente quando levamos em consideração o contexto da tentativa de inserção laboral de um grupo marginalizado em uma economia neoliberal.

A estética, a abordagem e a retórica presentes nestes espaços são fortemente influenciadas por um discurso empresarial moderno, associadas ao incentivo de práticas puramente legais, prezando por uma ascetismo nas ações sociais muito regido pela retidão dos hábitos e das práticas, como apontei anteriormente pelas falas de Lucas. A dinâmica testemunhal de casos de sucesso como os citados nesta seção também acompanha os mais variados eventos, envolvendo tanto migrantes e refugiados quanto trabalhadores da rede de assistência, promovendo a replicação de práticas consideradas boas e que servem como alternativa para a construção de objetivos que podem variar em finalidade, mas que mantenham-se em essência, sempre a procura de tornar as pessoas envolvidas em bons exemplos para seus semelhantes.

3.3 HISTÓRIAS E TESTEMUNHOS

Conforme fui adentrando os espaços da instituição e os eventos ali promovidos, o envolvimento com os atendidos foi um caminho natural. Ainda em junho de 2022, acompanhei a Jornada de Integração Comunitária, realizada pelo SJMR Porto Alegre, que visava proporcionar espaços de integração entre migrantes, refugiados e a comunidade acolhedora através de atividades de prevenção à xenofobia e promoção da coexistência pacífica, bem como um mutirão de recebimento de currículos para o encaminhamento de vagas de trabalho em aberto na região.

Com o apoio da PADF (Pan American Development Foundation), do ACNUR e do Instituto Promover, a atividade promoveu o fortalecimento do trabalho comunitário no atendimento a migrantes, em especial na região metropolitana de Porto Alegre, e disponibilizou rodas de conversa sobre os desafios do mercado de trabalho e sobre a participação nas instâncias das políticas de assistência social.

Ao longo da manhã foi realizada uma Roda de Conversa sobre os desafios do Mercado de Trabalho brasileiro, na qual os usuários presentes puderam compartilhar suas trajetórias, estratégias e experiências, percebendo a pluralidade da demanda laboral. A

atividade proporcionou um espaço seguro de diálogo, conectando histórias e vivências de culturas, idades e nacionalidades diferentes.

Já no período da tarde, foi promovida uma Roda de Conversa sobre “Política de Assistência Social: Direitos e Controle Social”, buscando refletir sobre o significado e o papel da Assistência Social. Para complementar a atividade, foi exibido um vídeo explicativo sobre os direitos e deveres dos usuários e usuárias do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Ademais, houve momentos de diálogo sobre o controle social e a importância da participação da comunidade nas esferas de representação política.

O formato do evento, de modo geral, lembrou em muito o realizado com empresários, tanto na explanação das informações quanto no conteúdo do que era propagado nas falas dos representantes das organizações civis e públicas. Mas as dinâmicas de compartilhamento de experiências pessoais mereceram especial destaque em minha observação, pois foi este o meu primeiro contato com as histórias pessoais dos migrantes e refugiados atendidos pelo serviço. Foi neste mesmo dia que conheci quatro de meus interlocutores, cujas interações relato a seguir, através do que foi colhido em campo na ocasião e em reuniões futuras, onde realizei a aplicação de questionário informal com uma questão norteadora: quais os objetivos de vida que você tem atualmente?

3.4 CARMEN

Durante a dinâmica de compartilhamento de experiências proposta no evento, os presentes foram convidados a sentarem-se em roda e apresentaram-se um por um de maneira simples, dizendo seu nome e país de origem. A maioria preferiu usar o português, mas o espanhol encontrava sempre o seu caminho para se fazer notar.

Os mediadores da dinâmica explicaram que todos estavam livres para compartilhar o que quisessem, mas que deveriam dar especial enfoque aos benefícios que os serviços oferecidos pelas instituições organizadoras do evento proporcionaram na qualidade de vida e empregabilidade deles após a chegada em Porto Alegre.

A primeira a pedir a palavra foi uma mulher bastante alta, de cabelos cacheados e pele negra, pouco retinta. Sua voz era clara e firme, assim como o relato que se seguiu, em um depoimento carregado de sotaque espanhol, mas de um português bastante polido. Seu nome era Carmen¹¹ e ela começou a contar sua história a partir de suas origens pré-migração.

¹¹ Os nomes dos interlocutores aqui retratados, bem como de seus familiares, foram alterados para preservar suas identidades.

Originária de Guatire, nos arredores de Caracas, estava naquele momento com 36 anos recém completados, mas havia começado seu caminho para o Brasil logo após os 30, com seus dois filhos, na época com 6 e 1 ano, para encontrar o marido que já havia deixado o país pouco após o nascimento do caçula, rumo à Colômbia, em busca de melhores condições para a família.

Mas não foi apenas a crise econômica que fez com que Carmen saísse de seu país. O plano inicial do casal era que ela permanecesse em Guatire por mais algum tempo, pelo menos até o bebê estar maior, com Carlo, seu esposo, lhe enviando dinheiro suficiente para manter as necessidades mais básicas, mas o envolvimento de membros da família de Carmen com questões políticas levou os três a uma fuga apressada, antes do amanhecer.

“Caminhamos por 11 dias e tivemos que dormir na rua. Nós saímos de lá porque eles ameaçaram nos matar. Meu irmão foi morto... Eles quase me mataram quando viram que eu vi os tiros. Não deu tempo de me esconder, mas fugi mesmo assim e juntei tudo e saímos na manhã seguinte, antes do sol nascer.”

Carlo, que estava a pouco menos de um mês em Boa Vista, Roraima, após ter saído da Colômbia após ter ouvido da possibilidade de regularização e acolhimento no Brasil, ficou sabendo do ocorrido apenas dias depois. Em outras oportunidades eu pude aprofundar a conversa com Carmen sobre suas origens na Venezuela, mas neste seu testemunho algumas informações já foram suficientes para que eu compreendesse quais os objetivos de vida que ela estava construindo no Brasil e como eles vinham sendo desenhados.

Com experiência em panificação e confeitaria, ela e o esposo foram rapidamente direcionados para uma vaga de trabalho temporária em São Paulo, através do esforço de interiorização da Operação Acolhida, oportunidade que em muito difere da realidade encontrada por outros migrantes e refugiados que se acampavam nas ruas de Boa Vista, e ainda permanecem por lá. Foi conversando com Carmen que pude começar a compreender as características de migrante desejado e indesejado. Esta é uma linha tênue que permeia o dia-a-dia dos migrantes venezuelanos acampados no Norte do Brasil, a qual ela soube me definir como uma baliza de diferenciação que começa com a postura do migrante no país de destino e que define o caminho de possibilidades a qual poderá ter acesso. Carmen diz que o que a diferenciou de muitos, além de seu conhecimento prévio de ofício, foi o fato de que ela e o marido se recusaram a viver exclusivamente da boa vontade alheia.

Ela reconhece isso, bem como seu privilégio, mas enfatiza que a vaga de trabalho era para apenas 6 meses e com o fim do contrato se aproximando, se viram sem alternativas, até que por intermédio de uma ONG foram indicados novamente para uma vaga temporária, desta vez em uma fábrica de fumo em Canguçu, no interior do Rio Grande do Sul.

Após este novo período de trabalho, decidiram vir para Porto Alegre, com o auxílio de algumas economias e de um casal de amigos venezuelanos que ofereceu abrigo inicial na cidade. Foi através destes amigos que Carmen conheceu o CIBAI (Centro Ítalo-Brasileiro de Acolhimento a Imigrantes), instituição de embasamento semelhante ao do SJMR, mas mantida pela Ordem dos Irmãos Scalabrinianos, cujo o carisma está centrado especificamente no acolhimento de pessoas em situação de migração e refúgio, mas que difere do Serviço Jesuíta por ser diretamente ativo no caráter de desenvolvimento religioso dos atendidos, tendo sua sede em Porto Alegre na Igreja Nossa Senhora da Pompéia, onde realizam a integração da comunidade de imigrantes através das celebrações religiosas e nos espaços da paróquia.

Carmen em um outro momento me relataria que, apesar de batizada na igreja católica, não era praticante de uma fé cristã, mas nas celebrações em que participou na Igreja da Pompéia encontrou consolo para preocupações e aflições que lhe rodeavam na época. Mas, com o tempo, sentiu necessidade de voltar a se conectar com sua fé praticada antes da migração, o culto a Maria Lionza.

María Lionza é uma figura mitológica da Venezuela, centro de um culto que reúne elementos das religiões indígenas, do espiritualismo e das religiões afro-americanas. O culto de María Lionza encontra-se difundido um pouco por toda a Venezuela, mas o seu centro é o chamado "Cerro de María Lionza" no estado de Yaracuy, que integra uma formação montanhosa de nome Macizo de Nirgua. Este local, caracterizado pela sua intensa vegetação, é alvo de peregrinações por parte dos participantes no culto, sobretudo no dia 12 de Outubro (dia que até pouco tempo celebrava a chegada de Cristóvão Colombo à América, tendo sido readaptado como "Dia da Raça"). (CALVO, 2019)

A nível iconográfico, María Lionza é representada como uma mulher com um vestido azul, com jóias e plumas, cavalcando uma anta, sendo acompanhada por animais selvagens como pumas e jaguares. O ritual de Maria Lionza, conhecido como "quibayo" é visto por muitos como um ritual de magia negra. O ritual é realizado em montanhas, identificadas pelos fiéis como "encantadas". O objetivo do Quibayo é a purificação dos fiéis, que seria atingida através da incorporação de alguns espíritos e entidades, que seriam os responsáveis pelo auto flagelo da pessoa em transe.

O culto a Maria Lionza é fortemente associado ao nacionalismo venezuelano, tendo sua retórica e personagens baseados na historiografia e contemporaneidade do país, o que tornou a religião uma ferramenta de polarização política no país, sendo usada pelo governo de Maduro como forma de exaltação dos valores nacionais formadores do povo venezuelano. Vale destacar um acontecimento ocorrido em outubro de 2022 onde a estátua de Maria Lionza, originalmente localizada em frente à Universidade Central da Venezuela, foi “roubada” no meio da noite por equipes de segurança do governo e enviada para Yaracuy, local de origem do culto, como forma de devolução da “Madre de Venezuela” à sua casa, ato que foi visto por muitos, incluindo a própria Carmen, como manobra de estreitamento ideológico e político com os devotos.¹²

Apesar de ter parado de frequentar as celebrações religiosas da Pompeia após um tempo, foi através do CIBAI que ela e o marido conseguiram regularizar-se como Microempreendedores Individuais (MEI), dando início à construção de um objetivo de vida existente antes mesmo da migração, como ela mesmo conta, de criação de um negócio próprio voltado para a fabricação de doces caseiros. Foi através das oficinas e ações do CIBAI que o casal conheceu o SJMR e ali desde então participam de oficinas de empreendedorismo e negócios que são regularmente ofertadas pelo eixo de Integração Socioeconômica.

Quando a questioneei em um novo encontro se quais eram seus planos para a nova vida no Brasil, sua resposta ecoou em muito o que já havia ouvido sendo interpelado por colaboradores do Serviço Jesuíta:

“Nosso principal objetivo agora é conseguir crescer nosso negócio aos poucos. Com tudo legalizado ficou mais fácil pra nós. Agora a gente vende nossos doces na rua, de porta em porta nos comércios. Não dá pra reclamar, estamos conseguindo ter uma vida que não se compara àquilo que a gente tinha na Venezuela. Melhor que muita gente que veio de lá com a gente. Não diria que a gente teve sorte, mas tentamos não deixar as oportunidades passarem. Estamos tentando, e de pouco em pouco eu tenho fé que vamos

¹² Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2022-10-07/maria-lionza-la-imagen-del-culto-espiritista-de-la-que-se-apodero-el-gobierno-de-maduro.html>

conseguir um dia ter nossa lojinha. Mas só de ver meus filhos tendo oportunidades que não tinham antes, tudo já valeu a pena.”

3.5 RODRIGO

Logo após o relato de Carmen, um homem na faixa dos 40 anos pediu a palavra. Seu nome era Rodrigo, natural de Caracas, viúvo e pai de 3 filhos e logo no início de seu relato deixa claro que não teve a mesma “sorte” de Carmen e seu esposo. Tendo perdido a esposa ainda na Venezuela, Rodrigo se viu sem alternativas para criar sozinho os 3 filhos, de 7, 12 e 13 anos. Antes de se ver obrigado a migrar com as crianças, trabalhava com pequenos bicos pelas ruas da capital da Venezuela, limpando calçadas, terrenos baldios e realizando pequenos serviços domésticos. Essa era sua rotina desde 2014, quando perdeu o emprego de motorista particular quando seus patrões, uma família de muitas posses, deixaram o país para se estabelecerem na Europa.

A esposa, que também tinha os mesmos patrões, começou a fazer faxinas esporádicas, muitas vezes em troca de alimento, até que descobriu um câncer de mama, que se arrastou por longos 4 anos. Após a morte dela, o que já era difícil tornou-se insustentável e não havia outra alternativa a não ser migrar. Não havia outro destino em mente que não fosse o Brasil, sua única sorte, conta Rodrigo, foi ter conseguido chegar em Porto Alegre pouco antes de março de 2020, quando a pandemia de COVID-19 chegou ao país. Antes de conseguir ser contratado por uma grande construtora do estado como servente de obra, morou acampado nas praças de Boa Vista, sobrevivendo de doações e de pequenos bicos.

Trabalhou apenas 2 meses antes do lockdown, mas pode contar com alguns meses de aluguel pagos pela empresa. Sobreviveu com o recebimento do auxílio emergencial e seguiu, mesmo durante o isolamento, realizando trabalhos esporádicos, tendo se infectado e precisando de internação hospitalar por uma semana, ocasião onde os filhos ficaram aos cuidados de um vizinha brasileira que ele chama de “anjo em sua vida”.

“Simplesmente não tinha outra opção. Senti muito medo quando estava doente, mas tinha comida pra pôr na mesa, não

queria depender da ajuda de todo mundo. Sou grato demais, Deus colocou pessoas boas no meu caminho, mas não posso depender da caridade e não retribuir em nada”

Rodrigo demonstra aqui e em muitos outros momentos em nossas conversas que viriam a ocorrer, o medo constante de não conseguir prover para sua família e ser visto de certa forma como um estorvo para seu novo país, como um peso improdutivo. Foi neste período que conheceu o Serviço Jesuíta, quando foi informado da distribuição de cestas básicas pela instituição. Desde então vem frequentando os espaços junto com seus filhos, que encontraram ali suporte psicológico no núcleo de Atenção Psicossocial, onde estão finalmente tendo o acompanhamento necessário para processar os traumas e o luto.

Com a retomada das obras na cidade, retornou para a mesma construtora, trabalhando em regime de contrato por obra empreendida, mas continuou frequentando as oficinas de capacitação do SJMR pois está procurando retornar à profissão que exercia em seu país de origem, de motorista particular. Mas ainda não teve a oportunidade de juntar o valor necessário para retirar a habilitação brasileira, já que sua carta de motorista venezuelana perdeu-se no caminho até aqui. Para ele, um trabalho como motorista seria a garantia de maior estabilidade e tempo para sua família que, ao que tudo indica, deve aumentar em breve, já que dentro das oficinas do SJ conheceu Brice, uma imigrante haitiana, também viúva, mãe de dois filhos já adolescentes que recentemente se juntaram à mãe no Brasil, e com quem está em um namoro, segundo ele, “muito sério”.

“Tá cada um em sua casa agora, mas a gente tá bem feliz. As crianças estão gostando da ideia. Nosso plano é juntar um pouco de dinheiro pra eu tirar a CNH aqui e conseguir um trabalho de motorista, até lá continuo trabalhando em obra. Ela (Brice) trabalha de recepcionista num hospital, é um bom emprego, mas o que é dela é dela e dos filhos dela. Quero ser capaz de conseguir dar uma boa vida pros meus filhos e contribuir com a família dela também, que já faz parte da nossa. O que eu quero, além de ter trabalho direito, é que meus filhos consigam ficar bem na escola, que estudem como eu não estudei. Eu sei que aqui eles têm chance, já tem um português

muito bom, tão aprendendo tudo muito rápido. Tudo que eu faço é por eles, é o futuro deles que eu quero bem.”

3.6 RITA E JOSUÉ

Novas configurações familiares, aliás, não são novidade no contexto migratório. Presentes na mesma ocasião estava um casal jovem, que se sentava de mãos dadas na roda. Ela se apresentou como Rita, nascida e criada na cidade de Mérida. Ele se chamava Josué e pouco falou além de informar que era natural da cidade de Maracay e estava participando do evento para solicitar encaminhamento para uma vaga de emprego, qualquer uma, pois havia acabado de concluir o ensino médio pela prova do ENCCEJA.

Rita tomou a frente da fala, assim como em quase tudo na história dos dois, como ficaria claro através de seu relato. Ela havia chegado no Brasil no início de 2018, acompanhada da mãe e de mais um irmão adolescente, logo após concluir o ensino médio na Venezuela. Uma parte de sua família, seu tio, tia e alguns primos, já haviam migrado um ano antes, mas sua mãe preferiu que ela continuasse a estudar, até que o tio se estabelecesse de alguma forma no novo país. Ela conta que esperou ansiosamente pelo dia em que iriam embora, não apenas porque a perspectiva e novas possibilidades a encantavam, mas também porque cresceu assistindo novelas brasileiras que eram televisionadas na Venezuela e desde criança sonhava em conhecer o país. Entraram no Brasil, como todos, por Roraima, e foram interiorizados pela operação acolhida com o intuito de reunificação familiar com os parentes que já residiam em Porto Alegre.

Dentro de alguns meses, Rita conseguiu uma vaga de emprego em uma rede de varejo fast fashion gaúcha, como atendente de telemarketing bilíngue, e foi acompanhando a mãe nas atividades dos núcleos de Atenção Psicossocial e Integração Socioeconômica do SJMR que conheceu Josué. Seu interesse foi imediato, mas o rapaz era muito tímido, o que fez com que Rita precisasse tomar uma atitude, depois de muitas trocas de olhares e nenhum sinal de avanço por parte dele.

Logo na primeira conversa, ela tentou chamá-lo para um encontro, mas o rapaz negou, dizendo que já tinha compromisso naquela semana. Um pouco triste, Rita achou que se tratava de compromisso com outra moça, mas logo depois descobriu que se tratava de uma agenda dedicada à igreja evangélica frequentada por ele em Porto Alegre. Rita me disse que não era religiosa, mas que a vontade de conhecer Josué era tanta que perguntou se poderia

acompanhá-lo em um culto. Desde então o relacionamento deles aflorou, bem como a fé de Rita.

A comunidade da igreja que frequentam foi essencial para auxiliar Josué em seus estudos. Incentivado pelo pastor, o jovem dedicou-se à preparação para o ENCCEJA, e já planeja realizar o ENEM, vislumbrando com a aprovação um horizonte de maiores oportunidades, para além de seu atual trabalho como auxiliar de carga e descarga no CEASA de Porto Alegre. A convivência da igreja também moldou o relacionamento dos dois, que em pouco tempo oficializaram a união com a benção do pastor, em uma pequena e simples cerimônia, que contou com a presença de muitos imigrantes venezuelanos da comunidade que vem se estabelecendo na região.

Os planos do casal estão voltados para a construção de uma família e para o crescimento da própria comunidade venezuelana.

“Agora que ele tem o ensino médio, acredito que vai ficar melhor de achar um emprego melhor. Somos gratos pela intervenção de Deus nas nossas vidas, foi Ele que desenhou nosso caminho até aqui e é Nele que temos que confiar. Eu quero agora também tentar fazer uma faculdade de administração e crescer na empresa que eu já trabalho [...] Minha mãe trabalha com faxina, eu quero conseguir garantir uma vida mais tranquila pra ela, onde ela não tenha que trabalhar tanto e onde meu irmão consiga concluir os estudos até o fim, fazendo uma boa faculdade. Ele já disse que quer ser engenheiro e eu acho isso muito bom. A gente não encontrou só as ferramentas pra uma vida nova, a gente encontrou Deus.”

No início de 2023, os planos do jovem casal tomaram novos rumos quando Josué conseguiu uma vaga no centro de distribuição de uma rede atacadista na Região Metropolitana. No mesmo mês, eles descobriram a gravidez do primeiro filho.

“Essa criança vai ser brasileira. Nosso filho não vai precisar passar pelo o que a gente passou.”

4. LAS IGLESIAS LE DAN CONTINENTE AL MIGRANTE

Em diferentes partes do planeta (América do Sul, Europa, América do Norte, Ásia), um expressivo número de despossuídos/as incita e justifica esforços coletivos e individuais de cunho material e imaterial que visam simultaneamente aliviar o sofrimento humano de quem se coloca em movimento e defender a sociedade nacional contra o estrangeiro que, por representar o desconhecido, pode ser percebido enquanto ameaça. Dicotomias como segurança/humanitarismo, problema/oportunidade se interseccionam e produzem paradoxos no acolhimento dos/as recém-chegados/as. Acompanhando os noticiários e as pesquisas realizadas neste contexto, podemos perceber que os brasileiros enxergam e nomeiam os cidadãos do país vizinho com um olhar bifurcado entre pares de oposição: são vítimas para uns e agressores para outros; vulneráveis para alguns e aproveitadores/as para os contrários. Os/As forasteiros/as venezuelanos/as, por sua vez, lançam mão de distintos agenciamentos e se esforçam para modificar a percepção de indesejáveis para desejáveis.

Melhor receber doações como vulnerável do que despertar desconfiança como aproveitador/a. Mais desejável enquanto vítima de um governo ou de uma conspiração internacional do que potencial transgressor de costumes e legislações. Por certo que as condições de desejável ou indesejável são altamente intercambiáveis. Em larga medida, estão associadas a duas modalidades de agência do/a migrante: *ponerse arrecho/a* (fazer-se de bravo/a) ou *hacer el/la pendejo/a* (fazer-se de manso/a). Que, por sua vez, são reações às reações dos outros, como diria Bateson (2008). Uma negociação cotidiana com instituições civis e militares, pessoas, interesses, documentos e afetos.

Diferencialidades são evidenciadas e obliteradas a todo instante. A condição de cristão/ã, por exemplo, elimina diferenças em relação aos/às nacionais pela vinculação de parentesco divino. Por outro lado, venezuelanos/as se diferenciam internamente numa clara tentativa de se afastarem daqueles e daquelas que são percebidos/as como indesejáveis. Não morar em abrigo, ter condições materiais de se deslocar por conta própria, recursos para investir, possuir educação formal, ser cristão/ã, obedecer às regras, não ter sido simpatizante do regime chavista na Venezuela, são alguns dos marcadores de diferença mais acionados.

A definição de trabalho como valor, propagada nos encontros com os empresários e nos espaços de acolhimento da SJMR é compartilhada entre os acolhidos nos ambientes de trocas de experiências. No caso de Porto Alegre, como citado anteriormente, a maior parcela dos atendidos é formada por migrantes e refugiados venezuelanos, tendo a cidade recebido

nos últimos anos 36% do contingente de migrantes interiorizados no Brasil (Sumário Executivo ACNUR - abril 2021)

Estando em espaços de integração como as rodas de conversa organizadas pela SJMR é possível identificar como este grupo sente-se contemplado com a adoção do trabalho e da empregabilidade como um valor de autonomia e prosperidade, não apenas para si e para aqueles que junto deles cruzaram a fronteira, mas também para os familiares que ainda não conseguiram realizar este êxodo.

Não dá para negar que, desde o momento em que imigrantes e refugiados adentram o país, estão produzindo serviços, promovendo consumos, gastando dinheiro, otimizando custos de produção, agregando vantagens no processo de concorrência de mercado, além de uma série de outros elementos vinculados ao campo tributário. O migrante torna-se assim um recurso econômico para ambas as sociedades, de origem e destino. Em realidade, otimiza fatores para além da esfera econômica.

As remessas financeiras enviadas aos familiares permitem manter vivas as relações entre quem partiu e quem ficou, dimensionam o campo afetivo, as compensações, as obrigações, as dívidas, as dádivas, o consumo, a sobrevivência, a solidariedade e as relações sociais com aqueles que ficaram. O sacrifício de fazer poupança em outro país é sinônimo da possibilidade de investir nos seus e no seu futuro, mesmo que este nunca chegue. De certa forma, estas esferas que pareceriam hostis e separadas, moldam-se em uma concepção que funde o trabalho em um valor que está além de uma transação puramente financeira, fazendo isso sem estarem contaminadas, pois uma é parte dependente da outra (ZELIZER, 1994 e 2005).

Para o migrante a competência do trabalho é pragmática e, com o auxílio do que é propagado nos espaços de convivência da SJMR, desenvolvem-se os objetivos principais do trabalho (ganhar dinheiro, melhorar de vida, enviar dinheiro para a família etc.), que é também revelador de um amplo sentido simbólico-religioso e sociocultural; há uma identidade social em jogo, há um papel social familiar, um pertencimento religioso e uma expressão de adequação aos princípios de fé em voga, existindo assim uma totalidade humana e social que se realiza com o ato de trabalhar ou de procurar o trabalho.

Nesse sentido, podemos perceber a existência de uma lógica do dinheiro que em muito se baseia na esfera moral, pela dádiva familiar, constituindo uma certa mística presente na figura do imigrante ou refugiado, que é ritualizada nas práticas cotidianas. A necessidade de trabalhar, ganhar dinheiro para enviar à família, associa-se à performance religiosa, social

e cultural deste sujeito. Essa totalidade, que é econômica, moral, religiosa e social, também se associa na maximização do imigrante como trabalhador para quem o emprega.

Talvez a aceitação deste valor moral ganhe espaço justamente pelo histórico de sofrimento destas pessoas que deixaram para trás um país marcado pelo caos econômico, mas também é possível relacioná-la com o compartilhamento de valores religiosos do dinheiro e da prosperidade entre instituição (SJMR) e acolhidos que, em sua maioria, se declaram cristãos, tanto católicos, quanto protestantes.

A expressão “las iglesias le dan continente al migrante”, para o caso dos/as venezuelanos/as, faz alusão à religiosidade enquanto um campo de integração social e alternativa de fuga contra estigmas e preconceitos. A fé compartilhada, a comunhão, dá a impressão da retirada da condição marginal, ao mesmo tempo que também permite a inclusão em uma rede de colaboração e ajuda mútua. A solidariedade é movida tanto por posicionamentos políticos de defesa dos direitos humanos, quanto por ideais cristãos de ajuda a um/a irmão/a em cristo. Aqui não busco defender ou acusar qualquer denominação religiosa, apenas situar as múltiplas facetas da atuação religiosa dentro do contexto mais amplo dos paradoxos no acolhimento de venezuelanos e venezuelanas no Brasil.

Os migrantes atendidos pelo serviço sentem-se, portanto, compelidos a buscar uma vida melhor através do trabalho, seja ele formal, como o buscado através das ações de contato com empresários, ou autônomo, como objetivam as oficinas de empreendedorismo. A lógica da autonomia deste indivíduo pelo trabalho encontra ecos em bibliografias a respeito do discurso empresarial que se tornou hegemônico a partir do final do século XX, que valorizava a imagem do herói corporativo, o *self-made man*, que não apenas visa a obtenção da prosperidade financeira, mas tenta justificá-la através da exposição de razões nobres para a obtenção do dinheiro, pois o dinheiro e o lucro em si não são suficiente atrativos ou simplesmente moralmente aceitos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Do mesmo modo, em uma economia de mercado existe a constante espera do desenvolvimento, e se este vier acompanhado de uma história de superação, com um protagonista caracterizado como “batalhador”, ainda melhor. Como afirma Diana Lima (2007) a partir da sua pesquisa com uma congregação carioca da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), “a ideia de que o ‘sucesso’ - corolário de riqueza material, prazer e visibilidade - está ao alcance de todos os indivíduos que dispõem de iniciativa, espírito empreendedor, coragem e perseverança para trabalhar irrompe em todos os canais de comunicação, reiteradamente conotada com grande positividade” (pg. 147).

Essa capacidade de almejar o êxito financeiro por meio do trabalho, para além da subsistência, é algo tão secular quanto religioso. É parte essencial do espírito do capitalismo, seja ele velho ou novo (WEBER, 2004; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). É fácil encontrar essa narrativa em vários momentos nos ambientes de integração da SJMR, através dos testemunhos de migrantes e refugiados que estão sempre dispostos a compartilhar suas experiências de trabalho, conquistas e seus sonhos para o futuro. Em um destes encontros, ocorrido na sede da SJMR em Porto Alegre em julho de 2022, ao levantar-se o questionamento acerca de quais os objetivos que os presentes tinham para o futuro nos próximos cinco anos, puderam-se ouvir respostas das mais variadas, mas todas com uma característica em comum:

“ Eu quero juntar dinheiro suficiente pra pagar pelos estudos da minha sobrinha, ela tem que trabalhar com uma coisa de futuro.”

“ Meu objetivo nos próximos anos é ter dinheiro pra abrir meu negocinho. É melhor juntar pra ter uma boa base, porque é perigoso, né? É perigoso não ter um bom dinheiro pra começar.”

“O meu sonho, pro futuro agora, é conseguir estudar e trabalhar. Trabalhar pra conseguir ajudar a família e estudar pra ajudar ainda mais, pra ser melhor.”

A perspectiva de futuro, do ideal de vida boa e próspera, é constantemente atrelada à obtenção da prosperidade financeira, pois nela está a possibilidade de se conquistar uma vida digna. Esta não é uma característica digna de espanto, afinal, para serem integrados na sociedade receptora, os imigrantes precisam estar aptos a aderir ao dinamismo econômico daquela comunidade. A esperança depositada no trabalho e no dinheiro pode ser trazida para esta discussão através da lente de uma antropologia do bem, como proposta por Joel Robbins (2013).

Ao contrário da proposição final de Sherry Ortner (2016), que foca na abordagem do bem como ferramenta de ativismo e resistência, a procura da felicidade pelos migrantes e refugiados atendidos pela SJMR dificilmente passa por qualquer espécie de luta militante e

engajada. A conquista do ideal de prosperidade e futuro seguro para estes indivíduos é galgada no cotidiano, com as ações rotineiras do dia-a-dia na comunidade receptora. O trabalho e o dinheiro são, neste contexto, a materialização da felicidade, pois é através deles que o imigrante vislumbra a “boa vida”, não necessitando assim ancorar-se no papel que a sua dor e trajetória de sofrimento a todo momento. Embora o sofrimento seja sim parte importante de sua história e seja responsável pelo acesso à serviços como o próprio acolhimento pela SJMR e formador basal de sua identidade como outro, ele não o define como pessoa, nem pauta seus objetivos de futuro.

As condições de vítima e/ou vitimizador/a, como alerta Ana Guglielmucci (2016), assumem uma estreita relação. De acordo com a antropóloga, as posições são ambíguas e podem ser trocadas. Por isso precisam ser compreendidas com base nas relações sociais em que são operacionalizadas. A experiência migrante venezuelana no Brasil demonstra que a classificação de vítima e vitimizador é flexível e bastante variável. De pessoas vulneráveis que exigem cuidados, podem passar a ser percebidos/as como possíveis criminosos/as e infratores/as. Ser ou não ser vítima e vitimizador/a, exprime um apelo moral “vinculado ao processo histórico, social, cultural, político e econômico”. A vítima é objetivada por elementos que a identifiquem e a reconheçam como tal. Esse processo de vitimização mobiliza diferentes agentes que estabelecem o uso e os critérios legais de quem pode ou não ser categorizado como vítima (GUGLIELMUCCI, 2017, p.87-89).

O apelo à condição de vítima é apropriado por diferentes grupos e serve para legitimar distintos interesses. A vitimização atribui passividade à vítima que passa a necessitar de intervenção e reparação por parte do Estado e de outras instituições não governamentais (como descrito anteriormente). Essa associação ao processo coletivo obscurece a agência dos sujeitos. No entanto, ser vítima exige para além de classificação atribuída externamente, a autopercepção e identificação dos sujeitos que se apropriam desta condição para modificar as causas e as consequências das violações enfrentadas.

No pêndulo entre a classificação de vítimas e vitimizadores/as, as ações de acolhimento aos/às venezuelanos/as tendem a colocar em prática procedimentos que se legitimam pela apelação a uma razão humanitária (vítima) e de securitização (vitimizador) que transcende prerrogativas estatais e transnacionais. As políticas do sofrimento (FASSIN, 2014) se entrelaçam com as políticas da hostilidade (DOMENECH, 2020). A justificativa de um trabalho de reparação parece caminhar lado a lado com um processo de humanização do controle.

A Sociedade Civil Organizada que atua no acolhimento de venezuelanos/as descortina a confluência com o processo histórico brasileiro, marcado pela constituição de entidades vinculadas a instituições religiosas. Isso nos permite pensar em uma certa “sociedade religiosa organizada”, chamando atenção para o protagonismo das instituições de fundamentação religiosa neste contexto. Ao passo que estas instituições compõem uma das faces daquilo que pode ser entendido como “indústria migratória”, um complexo de instituições voltadas para a oferta de serviços de acolhimento.

A complexidade da indústria migratória produz paradoxos e contradições. É possível perceber que as instituições e os coletivos religiosos foram e são fundamentais para o fortalecimento e manutenção de iniciativas de acolhimento aos/às venezuelanos/as no Brasil. Por outro lado, a necessidade de atender às metas dos/as financiadores/as e às demandas imediatas dos/das migrantes faz com que essas instituições religiosas colaborem tanto na mobilização de novas formas de solidariedade aos/às migrantes, quanto também fortaleçam, de forma indireta, políticas de restrição e de controle das migrações. Uma lacuna do presente trabalho é a análise da captação e distribuição de recursos públicos e privados destinados a fomentar as iniciativas, que se tornou especialmente latente no início de março de 2023, período em que este trabalho já estava em desenvolvimento.

Eu já havia escrito boa parte do presente texto quando recebi uma mensagem de *WhatsApp* de Laura, assessora jurídica do SJMR, transmitindo de forma bastante direta uma notícia que eu não esperava receber:

“O Eixo de Integração Socioeconômica do SJMR Sul vai fechar. Vamos manter o acompanhamento dos casos ativos por enquanto, até o período de encerramento dos contratos de trabalho ou término dos períodos de experiência.”

Quando questionei o motivo, ela apenas me informou que o Serviço estava passando por uma readequação de equipes e que iria focar recursos nos centros de acolhimento da região norte e sudeste. Parecia irônico, e é, o fato que o local onde realizei o trabalho de campo para uma pesquisa voltada para a construção de objetivos de vida por meio do trabalho em uma economia capitalista e neoliberal estaria encerrando suas atividades por algo tão banal quanto um simples corte de gastos.

Mas não existe quadro que se encaixe melhor com o que presenciei em campo e com o que fundamentou a criação das bases do SJMR e da própria Ordem Jesuítica que a clara

demonstração de sobreposição das vias seculares sobre qualquer tipo de doutrinação religiosa. Rearranjos como este casam perfeitamente com a visão que tive em meu primeiro dia na sede do Serviço em Porto Alegre e com a primeira impressão que a arquitetura da fachada e disposição do prédio me transmitiu: parecia que ali estava uma empresa. E fazendo jus ao modo de fazer econômico jesuíta, o encerramento das atividades do eixo de Integração Socioeconômica (a qual ainda não pude averiguar maiores detalhes além da causa principal) traduz da melhor maneira possível esta linha de pensamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei responder aos questionamentos originados em campo: quais são as noções de futuro presentes na construção de uma nova vida entre esses migrantes Venezuelanos, maioria dentre os atendidos pela SJMR atualmente, que chegam em Porto Alegre? E o que eles consideram uma vida digna de ser vivida? Quais as noções de sucesso, prosperidade e qualidade de vida que articulam no seu cotidiano?

Em meus interlocutores, pude encontrar algumas destas respostas através da construção de familiaridades em nossas conversas e de suas próprias divagações nos espaços compartilhados com outros migrantes e refugiados, que espelham suas próprias angústias e desejos, mesmo que diferenciados em essência.

É no futuro idealizado por migrantes e refugiados atendidos por instituições de fundamentação religiosa que encontrei grande parte de minhas próprias perspectivas de estudo. O trabalho, ou o ato de procurar pelo trabalho, é adotado como única via de salvação para migrantes e refugiados e esta ideia é constantemente compartilhada em campo, por diversos atores e continuamente reiterada como forma de elevação social e pessoal.

Dentro dos espaços da SJMR o discurso religioso é muito sutil, bem como a própria simbologia. O que difere muito de outras instituições de fundamentação religiosa que realizam ações semelhantes, como o Centro Ítalo-Brasileiro de Acolhimento a Imigrantes (CIBAI). No Serviço Jesuíta é possível encontrar forte influência secular, muito do que é pregado como valor de autonomia se baseia em bibliografias a respeito de um novo espírito do capitalismo, de um discurso empresarial que valoriza a imagem do self-made man, daquele que prospera em meio às adversidades (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa percepção vem através de uma ferramenta bastante religiosa que é o testemunho (DULLO, 2016). Em muitos momentos ouvi testemunhos de superação e de sonhos para um

futuro próximo ou distante. Quando perguntados sobre os seus desejos e sonhos para o futuro é que percebemos que boa parte destes anseios se baseiam nas expectativas postas sobre o dinheiro obtido através do trabalho para a realização deste futuro melhor.

Uma das argumentações deste recorte é a percepção de que a construção dos ideais de futuro e vida digna para essas pessoas não passa, na maioria das vezes, por uma luta militante e engajada (ORTNER, 2016), pelo contrário, ela se dá inteiramente no cotidiano, com idealizações galgadas com as possibilidades postas pelo cenário, fazendo um uso tático das situações e das narrativas que toma o sofrimento como característica maior destas pessoas (APPADURAI, 2013; ROBBINS, 2013). Assim, uma das lacunas que encontro na área de estudos sobre migração, moralidades e futuro se refere ao questionamento sobre quais são os usos e os efeitos sociais do sofrimento no processo de produção do futuro.

Retomando a estrutura do testemunho nestes espaços, por mais que eles se diferenciem no que é posto como sonho ou objetivo, todos têm em comum o início, que é a narrativa do sofrimento que os levou até ali. Sofrimento que vem, há algum tempo, definindo grupos marginalizados, como os imigrantes, como “*suffering subjects*” (ROBBINS 2013; FASSIN & RECHTMAN, 2009; BIEHL, 2005; ASAD, 2011). A cada momento, a cada passo dessa trajetória como migrantes e refugiados, essas pessoas precisam estar constantemente relatando o que sofreram para que estejam legitimados a ocupar esse espaço, para que estejam aptos a receberem assistências como a prestada pela SJ, mesmo que na prática deste exercício procurem se distanciar daqueles que consideram figuras indesejáveis entre os seus.

O acolhimento realizado por estas instituições inclui também forte base de atendimento de demandas psicossociais, com apoio psicológico, individual e em grupo, e ampla acolhida de situações de violências diversas que venham a ser relatadas pelos migrantes. Um exemplo são as rodas de conversas para a discussão de violência de gênero no âmbito da migração, espaços que infelizmente acabaram por ficar de fora do recorte final deste trabalho, onde são reforçadas as possibilidades legais de amparo a quem se encontre nesta situação, sejam mulheres cisgênero heterossexuais ou pessoas LGBTQIA+. Esta característica amplia as possibilidades de pesquisa neste campo, podendo ser articulada com as discussões aqui propostas sobre futuro e construção de uma boa vida, justamente por evidenciar que, apesar de vivenciarem situações de violência e marginalização, essas pessoas continuam aspirando a ideais de futuro.

Para discutir a religiosidade presente nestes espaços, procurei articular neste trabalho bibliografias acerca da antropologia da religião e do catolicismo que estejam voltadas para discussões a respeito do papel do cristianismo na promoção de mudanças sociais, com

fomento às individualidade e a confluência da vida pública e privada, a partir da abordagem do sacrifício pessoal como valor moral, tentando identificar como as simbologias religiosas são usadas para organizar a experiência dos atendimentos de instituições como a SJMR.

O que encontro como possível resultado deste trabalho é o surgimento do questionamento acerca da identificação dos efeitos dessa narrativa de sofrimento usada como ferramenta de influência direta ao acesso a empregabilidade e conquista de direitos. A inserção laboral é necessária para os fluxos migratórios que têm, como característica destacada, a busca de formas de sustento de vida. Neste sentido, Carmen Lussi (2015, pg. 66) coloca que “o tema da inserção laboral do migrante no mercado de trabalho de forma digna deve ser o centro das preocupações de uma nova política migratória, pois o trabalho é uma das mediações na conquista e no exercício da cidadania”.

Adotando uma abordagem da função moral do trabalho na sociedade como sendo baliza fundamental de inclusão social (HONNETH, 2008), ao afirmarem a todo tempo seu local de estrangeiro, de outro, como forma de legitimação ao acesso a estes serviços e auxílios, esta atribuição moral do trabalho será em algum momento cumprida para este grupo? E, se a narrativa de sofrimento puder ser abordada como uma ferramenta de transformação da realidade no cotidiano, acredito ser fundamental um maior desenvolvimento de discussões já realizadas nas últimas décadas com debates a respeito do futuro e as orientações temporais e emoções evocadas pelo ato de construir uma perspectiva de futuro (BRYANT; KNIGHT, 2009), como a esperança, os sonhos e as moralidades presentes na concepção de vida boa - *worth living*.

Por último, não posso deixar de expressar minha frustração com o encerramento das atividades do Eixo de Integração Socioeconômica do SJMR Porto Alegre, mesmo que este acontecimento tenha servido como resultado direto da narrativa de influências seculares da instituição que enfatizei ao longo da pesquisa.

Movimentos como este refletem a precariedade do contexto migratório, mesmo em espaços como o do Serviço Jesuíta, que reflete para o mundo exterior e para seus acolhidos a sensação de segurança na construção de objetivos de futuro e estruturação de uma nova vida. Se em espaços mantidos por uma Ordem de tamanho renome já sofrem com a falta de incentivo financeiro, o que resta para organizações menores, que dependem única e exclusivamente da associação civil?

Mantenho contato com meus interlocutores e fico feliz em saber que, mesmo com a falta deste apoio, seus sonhos para uma vida melhor no Brasil continuam sendo traçados.

Torço para que, como eles, tantos outros possam desfrutar do simples privilégio da possibilidade de uma vida que não seja pautada pelo sofrimento do passado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. *The future as a Cultural Fact: Essays on the Global Condition*. New York: Verso books, 2013
- ASAD, Talal .2003 “The construction of religion as an anthropological category” , in T. Asad .*Formations of the secular . Christianity, Islam , modernity*, Stanford, Stanford University Press , p. 27 - 53 .
- ASAD, Talal. 1993. In T. Asad , *Genealogies of religion. Disciplines and reasons of power in Christianity and Islam* , Baltimore , John Hopkins University Press .
- ASSUNÇÃO, Paulo de (2003) “Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BAENINGER, L. R. Vodovato e S. Nandy (Eds.), *Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19* (pp. 211-220). Campinas: NEPO-UNICAMP. Baeninger, R., Demétrio, N. B. e Domeniconi, J. (Eds.). (2020). *Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Venezuelanas*. Campinas: NEPO-UNICAMP. ht
- BAENINGER, R. (2015). *Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais*. Em E. J. P. do Prado e R. Coelho (Eds.), *Migrações e trabalho* (pp. 79-86). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- BAENINGER, R. (2018a). *Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil*. Em R. Baeninger e J. C. Jarochinski Silva (Eds.), *Migrações Venezuelanas* (pp. 135-138). Campinas: NEPO-UNICAMP. http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_migvenezuelanas.php
- BAENINGER, R. (2018b). *Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul*. Em R. Baeninger e A. Canales (Eds.), *Migrações Fronteiriças* (pp. 462-474). Campinas: NEPO-UNICAMP. http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_migfronteiricas.php
- Baeninger, R. (2020). *Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era das migrações?* Em R.
- BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP, 2008
- BENHABIB, Seyla. (2012) “The Morality of Migration”. In: *Modern Ethics in 77 Arguments*. New York: Liveright Publishing. 2017

- BIEHL, João. *Vita: life in a zone of social abandonment*. Berkeley: University of California Press, 2005
- BINET-MONTANDON, C. *Acolhida - uma construção do vínculo social*. In A. Montandon (Org.), *O livro da hospitalidade*. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève (2009). “O capitalismo e seus críticos”. In: *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 61-80.
- BRYANT, Rebecca; KNIGHT, Daniel. *Hope*. IN: _____. *The Anthropology of the Future*. New York, USA: Cambridge University Press, 2019, pp. 132 – 157
- CALVO, Daniela. *Santos, Índios e Malandros no Culto de Maria Lionza. Teologia das religiões 2 [recurso eletrônico] / Organizadora DenisePereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Teologiadass Religiões; v. 2)*
- CARRIER, James. *Anthropology After the Crises*. In: *Focaal Journal of Global and Historical Anthropology* 64. 2012 : 115–128
- CORDERO, J.L. (2016). *La segunda muerte de Bolívar y el renacer de Venezuela*. Cedice Libertad.
- DOMENECH, Eduardo. *La “política de la hostilidad” en Argentina: detención, expulsión y rechazo en frontera*. *Estudios Fronterizos*, 21, e057, 2020
- DULLO, Eduardo . *Testemunho: cristão e secular*. *Religião & Sociedade*. 2016, v. 36, n. 2
- FASSIN, Didier. *Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França*, *Ponto Urbe [Online]*, 15 | 2014, posto online no dia 30 dezembro 2014
- FASSIN, Didier. “Humanitarianism as a Politics of Life”. *Public culture*, 19(3), 2007, p. 499-520.
- FASSIN, Didier; Rechtman, Richard. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: University Press, 2009.
- FERNANDES, Duval; BAENINGER, Rosana; DINIZ, Alexandre; CARVALHO, Paulo; LEÃO, Augusto; LIMA, Cássio; MAGALHAES, Luís; DEMETRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice; FERREIRA, Giordane; MERCES, Pedro. *Estudo sobre o Impacto das Migrações Internacionais no Brasil (Fundo de População das Nações Unidas e SAE)*. Mimeografado. 2018.
- FERNÁNDEZ, Adrián J. Padilla. *Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica)*. *Textos & Debates*, Boa Vista, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2018
- FISCHER, Edward F.. *The good life : aspiration, dignity, and the anthropology of wellbeing*. Standard University Press. 2014.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Los warao como desplazados urbanos en Venezuela y Brasil. *EntreRios*, v. 3, n. 2, 2020

GUGLIELMUCCI, Ana -. El concepto de víctima en el campo de los derechos humanos: una reflexión crítica a partir de su aplicación en Argentina y Colombia. *rev.estud.soc.*, Bogotá. n. 59, p. 83-97, Jan. 2017

HONNETH, Axel. "The limits of Liberalism: On the political-ethical discussion concerning Communitarianism". In: HONNETH, Axel. *The fragmented world of the social: essays on social and political philosophy*. Albany: State University of New York Press, 1995, p.231-246

JAROSCHINSKI SILVA, J.C., BÓGUS, L.M.M. e JAROSCHINSKI SILVA, S.A.G.. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 2017. pp 1-16

KANT, Immanuel. (1784). *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. In KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KOECHLIN, José; VEGA, Eduardo; SOLÓRZANO, Ximena *Migración venezolana al Perú: proyectos migratorios y respuesta del Estado*. In: In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín *El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración*. ColecciónOBIMID, vol. Nº 4, Peru :2018

LESSA, Danielle Karina Pincerno Favaro Trindade *Direitos fundamentais do migrante internacional: mudança de paradigma legislativo frente ao novo contexto migratório global*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo. 2016.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira (2007). "Trabalho", "mudança de vida" e "prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. *Religião & Sociedade*, 27(1), 132-155.7

LUSSI, C. Desafios à pessoa em situação migratória e de exílio no mundo contemporâneo, vocacionado à esperança e à solidariedade. In: CESM (Centro Scalabriano de Estudos Migratórios). *Migrações contemporâneas: desafios à vida, à cultura e à fé*. Goiânia. Ed. Redentorista, 2000, p. 31-49.

LUSSI, C. Desafios à pessoa em situação migratória e de exílio no mundo contemporâneo, vocacionado à esperança e à solidariedade. In: CESM (Centro Scalabriano de Estudos Migratórios). *Migrações contemporâneas: desafios à vida, à cultura e à fé*. Goiânia. Ed. Redentorista, 2000, p. 31-49.

MAYBLIN, M; COURSE; M. (2014) *The Other Side of Sacrifice: Introduction*, *Ethnos*, 79:3, 307-319,

- MÉDA, Dominique. O trabalho. Um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- O'MALLEY, JOHN W. Uma História dos Jesuítas: de Inácio de Loyola a nossos dias. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 2014.
- ORTNER, Sherry B (2016). "Dark anthropology and its others theory since the eighties". In: Hau - Journal of Ethnographic Theory. Vol 6, no 1, 2016.
- RALLO, J. R (2018). Venezuela se hunde. La Razón.
- RALLO, J.R. (2016). Por qué grita Venezuela. El Confidencial.
- ROBBINS, J. (2013), Beyond the suffering subject. J R Anthropol Inst, 19: 447-462.
- ROBBINS, Joel. Transcendência e Antropologia do Cristianismo: linguagem, mudança e individualismo. Religião & Sociedade [online]. 2011, v. 31, n. 1
- SANTOS, Alessandra Rufino. Interação Social e Estigma na Fronteira Brasil/Venezuela: Um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS, 2018.
- SANTOS, Sandro M. de Almeida. Hospitalidade. In CAVALCANTI, Leonardo et ali. Dicionário Crítico de Migrações Internacionais. Brasília: EdUnb, 2017. pp. 379-384
- SAYAD, D. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, João Carlos Jarochinski; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. Revista Brasileira De Estudos de População (REBEP), v. 34, p. 15-30, 2017.
- SILVA, João Carlos Jarochinski; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez Jarochinski. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. Revista Brasileira De Estudos de População (REBEP), v. 34, p. 15-30, 2017.
- SILVA, Sidney. Políticas de Abrigamento a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coords.). Migrações Venezuelanas Campinas: NEPO/UNICAMP , 2018, p. 206-216.
- WEBER, Max (2004). "O Espírito do Capitalismo" (p. 41-70). In: A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- ZELIZER, Viviana (1994). "Gifted Money". In: The Social Meaning of Money. New York, Basic Books, 1994.
- ZELIZER, Viviana (2005). "Circuits within Capitalism". In: Victor Nee & Richard Swedberg (eds). The Economic Sociology of Capitalism. Princeton, Princeton University Press, 2005, p. 289-321.

